

***Investimentos e Participações
em Infraestrutura S.A. -
INVEPAR e Controladas***

*Demonstrações Financeiras para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2014
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 26 de março de 2015, que incluía ênfase indicando que estas informações foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pelas razões mencionadas na nota explicativa 2.3.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	759	102.221	490.471	341.489	1.410.591	1.025.307
Aplicações financeiras	4	64.417	-	53.051	921.013	529.967	444.905
Contas a receber	5	-	-	-	255.790	209.436	160.679
Estoques		-	-	-	43.368	35.229	16.526
Impostos a recuperar	6.a	9.671	21.091	21.431	48.253	89.126	48.045
Adiantamentos		434	225	418	33.551	26.646	20.442
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	32.781	24.903	15.113	-	-	-
Partes relacionadas	7	13.599	9.240	20.429	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.e	-	-	-	16.627	5.124	-
Outros		338	3.696	-	7.827	7.006	5.887
Total do ativo circulante		121.999	161.376	600.913	1.667.918	2.313.125	1.721.791
NÃO CIRCULANTE							
Aplicações financeiras	4	-	-	-	148.589	27.894	246.481
Partes relacionadas	7	1.244	1.244	1.244	-	-	-
Contas a receber	5	-	-	-	22.335	6.196	5.445
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	18.029	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	6.a	4.475	-	-	175.569	34.114	5.020
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	-	198.415	155.536	160.828
Depósitos judiciais		200	200	200	59.385	67.844	46.299
Instrumentos financeiros derivativos	19.e	-	-	-	-	1.801	-
Investimentos	8	4.267.839	3.928.854	3.337.333	247.586	224.237	140.687
Imobilizado	10	2.472	2.514	2.990	529.663	192.143	99.226
Intangível	11	21.163	16.904	14.307	23.349.622	20.806.847	17.837.288
Outros	8	-	-	-	871	128	-
Total do ativo não circulante		4.315.422	3.949.716	3.356.074	24.732.035	21.516.740	18.541.274
TOTAL DO ATIVO		4.437.421	4.111.092	3.956.987	26.399.953	23.829.865	20.263.065

(continua)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
CIRCULANTE						
Fornecedores	12	8.065	7.290	6.317	323.217	217.202
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	175.203	111.689
Debêntures	13	23.681	-	-	774.629	4.495
Impostos a recolher	6.c	1.275	2.051	1.238	43.633	46.321
Obrigações com empregados e administradores		13.002	11.516	7.524	97.330	39.486
Concessão de serviço público	14	-	-	-	1.180.013	1.191.836
Adiantamentos de clientes		-	-	-	12.654	14.607
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)		-	22.842	1.511	-	1.511
Partes relacionadas	7	166	240	620	4.653	2.921
Instrumentos financeiros derivativos	19.e	-	-	-	2.381	-
Receita diferida		-	-	-	11.546	11.049
Outros		-	-	-	60.027	59.423
Total do passivo circulante		46.189	43.939	17.210	2.685.286	1.696.783
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	5.534.335	2.214.484
Debêntures	13	470.000	-	-	2.506.133	1.187.917
Impostos a recolher	6.c	-	-	-	4.407	205
Impostos diferidos passivos	6.b	-	-	-	166.717	8.038
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)		22.842	-	-	24.119	-
Concessão de serviço público	14	-	-	-	10.903.848	10.943.690
Provisão para riscos	15	-	-	-	19.296	12.290
Receita diferida		-	-	-	88.949	49.714
Provisão para manutenção		-	-	-	61.445	20.534
Outros		10.896	-	-	8.290	116
Total do passivo não circulante		503.738	-	-	19.317.539	14.436.988
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	16.a	3.351.958	3.351.958	3.351.958	3.351.958	3.351.958
Reserva de capital		432.539	432.539	432.539	432.539	432.539
Ajustes acumulados de conversão		287.666	204.470	150.427	287.666	150.427
Prejuízos acumulados		(184.669)	-	-	(184.669)	-
Reserva de lucros		-	78.186	4.853	-	4.853
		3.887.494	4.067.153	3.939.777	3.887.494	3.939.777
Participação dos não controladores		-	-	-	509.634	189.517
Total do patrimônio líquido		3.887.494	4.067.153	3.939.777	4.397.128	4.129.294
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.437.421	4.111.092	3.956.987	26.399.953	20.263.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	21	-	-	3.033.035	2.455.272
Receita de construção	21	-	-	2.698.084	2.401.653
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(1.818.175)	(1.466.044)
Custo de construção	21	-	-	(2.649.933)	(2.347.675)
LUCRO BRUTO		-	-	1.263.011	1.043.206
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	21	(98.748)	(93.221)	(608.548)	(523.439)
Equivalência patrimonial	8	(120.262)	174.956	(8.486)	2.641
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		4	58	(23.432)	389
Total		(219.006)	81.793	622.545	522.797
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	17	19.668	26.295	167.175	203.811
Despesas financeiras	17	(63.517)	(10.991)	(1.135.320)	(435.948)
Total		(43.849)	15.304	(968.145)	(232.137)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(262.855)	97.097	(345.600)	290.660
Imposto de renda e contribuição social		-	(922)	(131.424)	(125.423)
Corrente	6.d	-	(922)	(86.307)	(49.894)
Diferido	6.b	-	-	(45.117)	(75.529)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(262.855)	96.175	(477.024)	165.237
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(214.169)	69.062
Atribuível aos acionistas controladores		(262.855)	96.175	(262.855)	96.175
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações (em Reais - R\$)		<u>(0,612)</u>	<u>0,224</u>		
Lucro (prejuízo) diluído por lote de mil ações (em Reais - R\$)		<u>(0,619)</u>	<u>0,224</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>(262.855)</u>	<u>96.175</u>	<u>(477.024)</u>	<u>165.237</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>83.196</u>	<u>54.043</u>	<u>83.196</u>	<u>54.043</u>
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras	<u>83.196</u>	<u>54.043</u>	<u>83.196</u>	<u>54.043</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(179.659)</u>	<u>150.218</u>	<u>(393.828)</u>	<u>219.280</u>
Acionistas controladores	(179.659)	150.218	(179.659)	150.218
Acionistas não-controladores	-	-	(214.169)	69.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva capital		Reserva de Lucros		Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
		Capital social	Ágio emissão ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Reapresentado)		3.351.958	432.539	318	4.535	150.427	-	3.939.777	189.517	4.129.294
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	96.175	96.175	69.062	165.237
Constituição de Reservas		-	-	4.809	68.524	-	(73.333)	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	(22.842)	(22.842)	-	(22.842)
Adição de minoritário		-	-	-	-	-	-	-	451.814	451.814
Ajuste de conversão de moeda		-	-	-	-	54.043	-	54.043	-	54.043
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Reapresentado)		3.351.958	432.539	5.127	73.059	204.470	-	4.067.153	710.393	4.777.546
Reversão de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	13.410	13.410
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(262.855)	(262.855)	(214.169)	(477.024)
Absorção do Prejuízo com reservas		-	-	(5.127)	(73.059)	-	78.186	-	-	-
Ajuste de conversão de moeda		-	-	-	-	83.196	-	83.196	-	83.196
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		3.351.958	432.539	-	-	287.666	(184.669)	3.887.494	509.634	4.397.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(262.855)	97.097	(345.600)	290.660
Ajustes:					
Depreciação e amortização		30.643	22.383	840.812	648.969
Perda na baixa de imobilizado e intangível		86	-	1.043	11.183
Provisões diversas		-	-	30.463	16.712
Constituição de outorga variável		-	-	195.177	143.913
Ajuste de operações de hedge		-	-	(4.356)	-
Provisão para manutenção	8	-	-	28.001	12.910
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(69.062)
Equivalência patrimonial	8	120.262	(174.956)	8.486	(2.641)
Apropriação receita diferida		-	-	(1.664)	41.393
Margem de construção	8	-	-	(48.151)	(53.978)
Recebimento de dividendos e JCP		114.654	134.689	5.922	7.013
Variações monetárias e encargos, líquidos		53.461	-	1.044.443	341.550
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(75.753)	(62.752)
Estoques		-	-	(8.139)	(19.834)
Impostos a recuperar	6	6.945	340	(100.582)	(70.175)
Depósitos judiciais	15	-	-	11.169	(18.686)
Adiantamentos		(209)	193	2.412	(6.425)
Outros		(14.671)	(3.696)	(23.165)	(54.810)
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(596)	973	(139.238)	67.120
Obrigações com empregados e administradores		1.486	3.992	20.728	37.116
Concessão de serviço público		-	-	(147.172)	(14.954)
Impostos a recolher	6	(776)	(109)	(26.421)	(17.726)
Impostos pagos		-	-	(59.121)	(31.419)
Parte relacionada	7	(4.433)	10.809	752	3.010
Outras obrigações e contas a pagar		(52)	-	(9.457)	23.778
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>43.945</u>	<u>91.715</u>	<u>1.200.589</u>	<u>1.222.865</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aporte em controladas, coligadas e controladas em conjunto	8	(517.205)	(528.371)	(33.000)	(38.703)
Aquisição de imobilizado		(956)	(397)	(258.269)	(144.073)
Aquisição de intangível		(3.049)	(2.737)	(2.472.713)	(3.558.345)
Aplicações financeiras	4	(64.417)	53.051	(404.871)	133.525
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(585.627)</u>	<u>(478.454)</u>	<u>(3.168.853)</u>	<u>(3.607.596)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e debêntures	13	470.000	-	3.522.970	3.958.836
Pagamentos do Principal de empréstimos e debêntures	13	-	-	(976.109)	(1.562.883)
Pagamentos dos Juros de empréstimos e debêntures		(29.780)	-	(506.056)	(145.303)
Concessão		-	-	(1.141.643)	-
Dividendos pagos		-	(1.511)	-	(1.511)
Aporte de capital de não controladores		-	-	-	520.876
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>440.220</u>	<u>(1.511)</u>	<u>899.162</u>	<u>2.770.015</u>
AUMENTO LÍQUIDO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(101.462)</u>	<u>(388.250)</u>	<u>(1.069.102)</u>	<u>385.284</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	102.221	490.471	1.410.591	1.025.307
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>759</u>	<u>102.221</u>	<u>341.489</u>	<u>1.410.591</u>
AUMENTO LÍQUIDO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(101.462)</u>	<u>(388.250)</u>	<u>(1.069.102)</u>	<u>385.284</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas	21	-	-	6.257.076	5.065.985
Prestação de serviços		-	-	3.294.872	2.675.362
Receita de construção		-	-	2.982.428	2.401.653
Provisão para devedores duvidosos		-	-	(25.160)	(13.285)
Outras receitas		-	-	4.936	2.255
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(13.840)	(22.047)	(3.879.994)	(3.212.227)
Custos dos serviços vendidos		-	-	(281.821)	(258.137)
Custo de construção	21	-	-	(2.824.693)	(2.347.675)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(13.844)	(21.926)	(772.459)	(596.116)
Perda/recuperação de valores ativos		4	(121)	(853)	(4.163)
Outros custos		-	-	(168)	(6.136)
Valor adicionado bruto		(13.840)	(22.047)	2.377.082	1.853.758
Retenções		(30.643)	(22.383)	(840.812)	(648.969)
Depreciação e amortização	10/11	(30.643)	(22.383)	(840.812)	(648.969)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(44.483)	(44.430)	1.536.270	1.204.789
Valor adicionado recebido em transferência		(100.594)	201.251	210.390	206.452
Resultado de equivalência patrimonial	8	(120.262)	174.956	(8.486)	2.641
Receitas financeiras	17	19.668	26.295	218.876	203.811
Valor adicionado total a distribuir		(145.077)	156.821	1.746.660	1.411.241
Distribuição do valor adicionado		(145.077)	156.821	1.746.660	1.411.241
Pessoal e encargos		42.951	39.083	497.939	433.269
Remuneração direta		35.569	33.929	354.673	313.772
Benefícios		4.974	3.495	115.516	97.520
FGTS		2.408	1.659	25.686	20.312
Outros		-	-	2.064	1.665
Impostos, taxas e contribuições		7.941	9.104	472.226	401.331
Federais		7.941	9.104	403.958	340.179
Estaduais		-	-	5.984	6.048
Municipais		-	-	62.284	55.104
Remuneração capital de terceiros		66.886	12.459	1.253.519	411.404
Juros		54.561	155	1.193.207	312.827
Aluguéis		3.368	2.352	11.684	7.424
Outras		8.957	9.952	48.628	91.153
Remuneração de capital próprio		(262.855)	96.175	(477.024)	165.237
Participação de acionistas não controladores		-	-	(214.169)	69.062
Dividendos		-	22.842	-	22.842
Lucros líquidos retidos (prejuízo) do exercício		(262.855)	73.333	(262.855)	73.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”, “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”. A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria “A”, junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. - LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
Concessionária Rota do Atlântico S.A. - CRA
Línea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA
Línea Amarilla S.A.C. - LAMSAC
Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040
PEX S.A. - PEX
PEX Peru S.A.C. - PEX Peru

Mobilidade Urbana

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
MetroBarra S.A. - METROBARRA
Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT

Fundo de Investimento

Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados “grupo Invepar” ou “grupo”.

As demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto CBN, CRA, VIARIO e das coligadas CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos).

Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em fevereiro de 2014, a companhia contratou uma linha de crédito (*Standby Credit Facility*) junto a um sindicato de bancos no valor de até R\$1,5 bilhão. Do montante total disponibilizado, até 31 de dezembro de 2014 a Companhia havia captado o montante de R\$470 milhões. Tal linha de crédito pode ser utilizada em um período de até 24 meses da data de sua contratação, sendo possível realizar saques em diferentes montantes para atender eventuais necessidades de caixa da companhia. A linha de crédito possui um prazo final de pagamento de 30 meses a contar a partir do prazo da contratação, pagamento de juros semestrais e amortização no final do período, com vencimento em agosto de 2016.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas. As participações da INVEPAR são:

	% de participação da INVEPAR					
	2014			2013		
	Votante	Preferencial	Total	Votante	Preferencial	Total
LAMSA	100	100	100	100	100	100
CLN	99,96	87,25	91,49	99,96	87,25	91,49
CART	100	100	100	100	100	100
METRÔRIO	100	-	100	100	-	100
LAMBRA	100	-	100	100	-	100
GRUPAR	90	-	90	90	-	90
PEX	100	-	100	100	-	100
PEX Peru	99,9	-	99,9	-	-	-
METROBARRA	100	-	100	100	-	100
VIA 040	100	-	100	-	-	-
Fundo Mover	100	-	100	-	-	-

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras das controladas no exterior foram consolidadas utilizando-se os métodos de conversão da moeda funcional novo sol, previstos no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21).

As demais controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados

acumulados das empresas consolidadas; e (iii) a discriminação dos impactos pela mera conversão cambial das demonstrações financeiras no Patrimônio Líquido.

2.3. Ajuste nos saldos comparativos

A Companhia realizou em 2014 uma revisão dos efeitos da conversão do ágio apurado na aquisição da investida no exterior LAMSAC da sua moeda funcional (Novo Sol) para a moeda de apresentação (Real), a qual resultou em um ajuste no saldo do ativo em contrapartida com a conta de ajuste acumulado de conversão de moeda estrangeira no patrimônio líquido em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013. A Companhia também refletiu em suas demonstrações financeiras consolidadas, o ajuste realizado em 2014, pelo METRÔRIO, decorrentes da revisão dos itens classificados no imobilizado da concessionária. O METRÔRIO identificou que parte do seu imobilizado estava relacionada à infraestrutura vinculada à concessão. Dessa forma efetuou a reclassificação para o intangível.

Todos os ajustes estão em conformidade com o Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, o balanço patrimonial e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente comparativos estão sendo rerepresentados conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial	Em 31/12/2013			
	<u>Publicado</u>	<u>Ajuste LAMSAC</u>	<u>Ajuste METRÔRIO</u>	<u>Reapresentado</u>
Ativo não circulante				
Investimentos - balanço individual	3.778.379	150.475	-	3.928.854
Imobilizado - balanço consolidado	433.236	-	(241.093)	192.143
Intangível - balanço consolidado	20.415.279	150.475	241.093	20.806.847
Patrimônio líquido				
Ajuste acumulado de conversão	53.995	150.475	-	204.470
 Balanço Patrimonial				
	Em 01/01/2013			
	<u>Publicado</u>	<u>Ajuste LAMSAC</u>	<u>Ajuste METRÔRIO</u>	<u>Reapresentado</u>
Ativo não circulante				
Investimentos - balanço individual	3.221.851	115.482	-	3.337.333
Imobilizado - balanço consolidado	263.196	-	(163.970)	99.226
Intangível - balanço consolidado	17.557.836	115.482	163.970	17.837.288
Patrimônio líquido				
Ajuste acumulado de conversão	34.945	115.482	-	150.427

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Exercício findo em 31/12/2013		
	Ajuste		
	Publicado	LAMSAC	Reapresentado
Reserva de conversão de moeda estrangeira			
Saldo em 1/1/2013	34.945	115.482	150.427
Ajuste de conversão de moeda	19.050	34.993	54.043
Saldo em 31/12/2013	53.995	150.475	204.470
Demonstração do Resultado Abrangente	Exercício findo em 31/12/2013		
	Ajuste		
	Publicado	LAMSAC	Reapresentado
Resultado abrangente do exercício - controladora	115.225	34.993	150.218
Resultado abrangente do exercício - consolidado	184.287	34.993	219.280

2.4. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias, aeroportuária e metroviária, sendo tais concessões alcançadas pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado e as diferenças são registradas no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média do câmbio no mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Quando da alienação da controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, será reconhecido na demonstração do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, e mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, por taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil líquido do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição que são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando há indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil líquido do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Impostos

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00% ou 0,65% ou 1,65% (**)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00% ou 3,00% ou 7,60% (**)	7,60%
Imposto General a las Ventas	IGV	18%	-
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	5,00% (*)

(*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para receitas tarifárias do aeroporto e 5,00% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime de não cumulatividade.

(**) Alíquota 0,00% para transportes metroviários, conforme Lei 12.860/13.

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Peru, é calculada à alíquota de 30% sobre o lucro tributável do exercício compreendendo o imposto corrente e o diferido. As inclusões de despesas temporariamente não dedutíveis e receitas não tributáveis, consideradas na apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, foram constituídos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade e aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros

permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia identificou os seguintes ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente: (i) concessões de serviços públicos e (ii) provisão para manutenção. As taxas de juros implícitas entre 4,76% a.a. e 14,50% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Controladora e consolidado requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por

exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para manutenção

As controladas provisionam, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. O grupo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber, fornecedores, partes relacionadas, empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poderes concedentes.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- O grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo.

Nesse caso, o grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do grupo, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O grupo avalia nas datas dos balanços se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o grupo inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para o grupo. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. O grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações de concessão de serviço público.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

O grupo não possui nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.19. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor

justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.20. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.21. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.22. Adoção das IFRSs novas e revisadas

- a) Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.

No exercício corrente, o Grupo aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014.

- Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46- Mensuração do Valor Justo. A aplicação dessas alterações não teve impactos materiais nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do grupo.

- Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento.

As alterações da IFRS 10/CPC 36 (R3) definem uma entidade de investimento e requer que uma entidade que atenda à definição de Entidade de Investimento não consolide suas subsidiárias, mas sim avalie as suas subsidiárias pelo seu valor justo com reflexo no resultado do exercício em suas Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas.

Para se qualificar como uma entidade de investimento, a controladora deve atender todos os seguintes critérios:

- Obter recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento.
- Comprometer-se com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos.
- Mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Como consequência às alterações da IFRS 10/CPC 36 (R3), foram efetuadas alterações à IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) para introduzir novos requerimentos de divulgação para entidades de investimento.

Como as empresas do grupo não são entidades de investimento (utilizando os critérios definidos pela IFRS 10/CPC 36 (R3) a partir de janeiro de 2014), a aplicação dos ajustes não trouxe impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

- IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos

Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de “direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” e “realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente”. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

- IFRIC 21 - Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

- Alterações à IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge

As alterações ao IAS 39/CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de *hedge* quando um derivativo designado como instrumento de *hedge* é renovado sob determinadas circunstâncias. A alteração também esclarece que qualquer mudança no valor justo do derivativo designado como instrumento de *hedge* derivativo que ocorra em decorrência da novação deve ser incluída na avaliação e mensuração da efetividade do *hedge*. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

b) Normas em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedge* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros do grupo, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. O grupo quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- Alterações no IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto

As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios sob a IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas (como o IAS 36/ CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos no que se refere ao teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o *goodwill* originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado) devem ser aplicados. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se, um negócio previamente existente é beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes que participa da combinação de negócios.

Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pela IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

- Alterações nos pronunciamentos IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimentos dos Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações à IAS 16/CPC 27 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações da IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível.

Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- (a) Quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita.
- (b) Quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os possíveis impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo.

Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Passo 2: Identificar a obrigação definida no contrato.
- Passo 3: Determinar o preço da transação.
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de performance do contrato.
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou se) a empresa cumprir as obrigações de performar.

Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Um guia muito mais detalhado é fornecido pela IFRS 15 para atender a cenários específicos. A IFRS 15 vai requerer um maior detalhamento nas divulgações.

- Alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

As alterações à IAS 19 / CPC 33 (R1) esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, dependendo se essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado.

Para contribuições que são independentes do número de anos de serviço, a entidade pode escolher entre reconhecer as contribuições como uma redução dos custos do serviço no decorrer do período em que o serviço é prestado, ou atribuí-las ao período de serviços do empregado usando o método de projeção de unidades de crédito; para as contribuições que dependem do número de anos de serviço, a entidade é requerida a atribuir as contribuições ao período de serviço do empregado.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os possíveis impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	670	115	73.165	49.097
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	89	77.088	234.408	713.450
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	<u>-</u>	<u>25.018</u>	<u>33.916</u>	<u>648.044</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>759</u>	<u>102.221</u>	<u>341.489</u>	<u>1.410.591</u>

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, a não ser por quebra, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses da data das respectivas aquisições e aplicado em compromissada de 85% a 102% do CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras						
Certificados de Depósito Bancário CDB	75% a 102%	nov/19	-	-	276.052	12.906
Debêntures compromissadas	85% a 103%	dez/16	-	-	69.167	62.858
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	99%	ago/18	-	-	31.028	9.152
<i>Fideicomiso(a)</i>			-	-	58.879	427.039
Fundo Mover(b)	100,69%	nov/26				
Certificados de Depósito Bancário CDB			9.005	-	81.544	-
Letras financeiras do tesouro			2.526	-	22.879	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			603	-	5.457	-
Debêntures			52.283	-	473.456	-
Fundo Cambial FIC(c)	117,58%	set/18				
Letras financeiras do tesouro			-	-	38.066	34.103
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			-	-	13.074	11.803
Total de aplicações financeiras			<u>64.417</u>	<u>-</u>	<u>1.069.602</u>	<u>557.861</u>
Circulante			64.417	-	921.013	529.967
Não circulante			-	-	148.589	27.894

- (a) Aplicações financeiras do Fideicomiso são referentes à certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 2,75% e 3,30% anualmente. Tais valores são destinados como meio de pagamento e garantia das obrigações provenientes da construção e operação da LAMSAC.
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da Invepar, o METROBARRA, METRÔRIO, VIA 040 e a LAMSA.
- (c) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controlada METRÔRIO junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim e conseqüentemente não são de pronta disponibilidade para a Companhia.

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantia referem-se a aplicações das controladas, as quais estão bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas como equivalentes de caixa.

Parte das aplicações financeiras demonstradas acima, que somam R\$148.589 (R\$31.028 para METRÔRIO, R\$2.650 para a CLN, R\$69.166 para CART e R\$ 45.745 para GRU AIRPORT), está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

METRÔRIO

- R\$5.631, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$4.368, (intermediador Banco Bradesco S.A.) e R\$3.857, (intermediador Banco Itaú BBA) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da controlada METRÔRIO por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.
- R\$960, (Banco Bradesco S.A.), R\$13 (Banco Santander) e R\$21 (Banco Votorantim) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis da controlada METRÔRIO.
- R\$9.972, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela controlada METRÔRIO junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES com destinação obrigatória ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim.
- R\$6.206, refere-se à aplicação em CDB mantida pela controlada METRÔRIO junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal.

CLN

- R\$2.650 referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil e mantidas até o vencimento pela controlada CLN por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

CART

- R\$69.166 em 31 de dezembro de 2014 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a controlada CART deve constituir de uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

GRU AIRPORT

- R\$45.745 referem-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos não possuem prazo de carência, não apresentam riscos e servem para cumprir com as obrigações, conforme o contrato de financiamento de longo prazo firmado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC.

O grupo tem políticas de gestão de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 75% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo circulante		
Aeronaves e passageiros (a)	92.822	80.862
Armazenagem e capatazia (a)	7.130	4.092
Cessão de espaço (a)	124.883	78.007
Valores a receber de pedágio (b)	39.308	32.143
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	6.402	6.734
Valores a receber de bilhetes (d)	2.438	5.106
Outros	5.205	19.725
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(22.398)</u>	<u>(17.233)</u>
Total	<u>255.790</u>	<u>209.436</u>
Ativo não circulante		
Governo Estadual (e)	10.317	6.196
Outros (f)	17.713	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(5.695)</u>	<u>-</u>
Total	<u>22.335</u>	<u>6.196</u>

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.
- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.
- (c) Contas a receber decorrentes de contratos com terceiros na cessão de espaço e veiculação de anúncios da controlada METRÔRIO.
- (d) Contas a receber com passagens da Fetranspor e integrações da controlada METRÔRIO.
- (e) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO, referentes a gratuidades estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.
- (f) São valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO no montante de R\$17.713, cuja expectativa de recebimento foi revisada em 31 de dezembro de 2014 para o não circulante.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do período	(17.233)	(3.948)
Adições	(13.765)	(13.841)
Reversões	<u>2.905</u>	<u>556</u>
Saldo no fim do período	<u>(28.093)</u>	<u>(17.233)</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Total</u>	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	≥ 180 dias
31 de dezembro de 2014	318.119	(28.093)	221.528	14.859	1.899	15.679	1.828	1.449	675	48.301
31 de dezembro de 2013	232.865	(17.233)	176.934	12.115	968	775	1.377	987	293	39.416

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a provisão para créditos de liquidação duvidosas é a seguinte:

<u>Empresas</u>	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2014						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(10.209)	(41)	(10)	(5)	(126)	(28)	(22)	(9.977)
CART	(625)	(79)	(108)	(108)	(107)	(105)	(79)	(39)
PEX	(1.042)	-	-	-	-	-	-	(1.042)
GRU AIRPORT	(16.217)	(125)	(150)	(1.060)	(210)	(186)	(184)	(14.302)
Total	<u>(28.093)</u>	<u>(245)</u>	<u>(268)</u>	<u>(1.173)</u>	<u>(443)</u>	<u>(319)</u>	<u>(285)</u>	<u>(25.360)</u>

<u>Empresas</u>	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2013						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(4.425)	(90)	(5)	(5)	(18)	(38)	(36)	(4.233)
GRU AIRPORT	(12.808)	-	(68)	-	-	-	-	(12.740)
Total	<u>(17.233)</u>	<u>(90)</u>	<u>(73)</u>	<u>(5)</u>	<u>(18)</u>	<u>(38)</u>	<u>(36)</u>	<u>(16.973)</u>

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social(a)	7.226	11.087	11.246	18.345
PIS e COFINS(b)	83	-	5.443	43.649
IRRF(c)	2.362	10.004	31.267	24.047
Outros	-	-	<u>297</u>	<u>3.085</u>
Circulante	<u>9.671</u>	<u>21.091</u>	<u>48.253</u>	<u>89.126</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social(a)	4.475	-	9.896	-
IGV(d)	-	-	47.990	27.782
PIS e COFINS(b)	-	-	<u>117.683</u>	<u>6.332</u>
Não circulante	<u>4.475</u>	<u>-</u>	<u>175.569</u>	<u>34.114</u>

- (a) Saldo negativo de IRPJ e CSLL (anos anteriores)
- (b) PIS - Programas de Integração Social / COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
- (c) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
- (d) IGV - Imposto General a las Ventas - Imposto aplicável no Peru, onde possui periodicidade mensal e incide sobre a prestação de serviços.

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

As controladas CART, VIA 040, METRÔRIO, LAMSA, GRU AIRPORT, LAMSAC, METROBARRA, CLN e PEX fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, exceto LAMSAC cujo prejuízos fiscais podem ser compensados em até 4 anos. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Em relação a controlada LAMSAC, os créditos tributários de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão fundamentados na expectativa de recuperação destes valores. Em relação aos prejuízos fiscais, a legislação local prevê duas sistemáticas para sua compensação, quais sejam: i) compensação em até 4 anos a partir do exercício que a companhia apresentar lucro, sem limite de compensação anual; ii) compensação limitada a 50% do resultado anual tributável, sem restrição ao prazo. A controlada PEX Peru não tem créditos tributários de diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

<u>Natureza</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízo fiscal	679.530	513.359
Base negativa	244.794	184.973
Excesso amortização outorgas	7.799	4.213
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.597	5.645
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	11.285	7.891
Provisão para riscos	5.156	5.319
Outros	23.704	9.865
Amortização de Outorga - RTT(*)	(902.770)	(613.335)
Custo de captação - RTT(*)	(18.860)	(17.955)
Outros ajustes - RTT(*)	(32.537)	(23.160)
	<u>31.698</u>	<u>76.815</u>
Impostos diferidos - Ativo	198.415	155.536
Impostos diferidos - Passivo	(166.717)	(78.721)

(*) RTT - Regime Tributário de Transição

A Administração da Companhia e das controladas CART, VIA 040, METRÔRIO, METROBARRA, CLN, PEX, LAMSA, GRU AIRPORT e LAMSAC consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

As empresas INVEPAR e GRUPAR não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias pois a Administração entende que as projeções de resultado tributável, dessas holdings, não apresentam base para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores são R\$105.065 e R\$2.461, respectivamente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2014</u>
2015	62.092
2016	50.691
2017	54.525
2018	66.058
2019	69.976
2020	91.055
2021 em diante	<u>591.468</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>985.865</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(954.167)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>31.698</u>

c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	-	-	17.034	9.233
PIS e COFINS	-	585	4.101	13.711
ISS	181	-	9.115	9.766
IRRF e CSRF	1.091	1.386	9.025	7.947
INSS sobre terceiros	3	79	3.961	4.731
Outros	-	1	397	1.365
Circulante	<u>1.275</u>	<u>2.051</u>	<u>43.633</u>	<u>46.753</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.816	-
PIS e COFINS	-	-	591	522
Não circulante	-	-	<u>4.407</u>	<u>522</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(262.855)	97.097	(345.600)	290.660
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	89.371	(33.013)	117.504	(98.824)
Adições permanentes	(2.037)	(4.578)	(10.678)	(15.486)
Exclusões permanentes	-	-	1.638	3.976
Equivalência Patrimonial	(40.889)	59.485	(2.885)	898
Diferença de alíquota do IR entre Brasil e Peru (34% x 30%)	-	-	1.518	2.335
IR/CS diferidos não constituídos	(46.445)	(21.894)	(252.763)	(22.091)
Outros	-	(922)	14.242	3.769
Total dos impostos no resultado	<u>-</u>	<u>(922)</u>	<u>(131.424)</u>	<u>(125.423)</u>

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia avaliou os impactos desta lei e definiu que a adoção será manifestada, através da DCTF referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), da seguinte forma: (i) referente as regras dos art. 1º, 2º e 4º a 70 não haverá adoção antecipada para a Invepar e suas controladas; (ii) quanto as regras dos art. 76 a 92 apenas a LAMBRA fará a adoção antecipada.

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas companhias para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

a) Composição

Controladora							
31/12/2014							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo	Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Despesa
LAMSA	Nota de Débito(*)	Controlada	836	-	46	-	(46)
LAMSA	Dividendos	Controlada	23.958	-	-	-	-
VIA 040	Nota de Débito(*)	Controlada	65	-	-	-	-
CART	Nota de Débito(*)	Controlada	1.065	-	48	-	(48)
CLN	Nota de Débito(*)	Controlada	4.328	-	-	-	-
CLN	Juros sobre capital próprio	Controlada	-	1.244	-	-	-
CLN	AFAC	Controlada	-	15.711	-	-	-
CLN	Juros sobre mútuo	Controlada	-	-	-	805	-
CLN	Dividendos	Controlada	-	491	-	-	-
GRUPAR	Nota de Débito(*)	Controlada	117	-	-	-	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(*)	Controlada	31	-	-	-	-
LAMBRA	Dividendos	Controlada	8.823	6.463	-	-	-
METRÔRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	4.632	-	72	-	(72)
LAMSAC	Nota de Débito(*)	Controlada	<u>2.525</u>	-	-	<u>85</u>	-
Total			<u>46.380</u>	<u>34.984</u>	<u>166</u>	<u>890</u>	<u>(166)</u>

Controladora							
31/12/2013							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		
			Circulante	Não circulante	Circulante		
LAMSA	Nota de Débito(*)	Controlada	1.302	-	-	-	15
LAMSA	Dividendos	Controlada	7.002	-	-	-	-
CART	Nota de Débito(*)	Controlada	1.452	-	-	-	-
CLN	Nota de Débito(*)	Controlada	1.598	-	-	-	8
CLN	Juros sobre capital próprio	Controlada	-	1.244	-	-	-
CLN	AFAC	Controlada	-	15.711	-	-	-
GRUPAR	Nota de Débito(*)	Controlada	117	-	-	-	217
GRUPAR	Dividendos	Controlada	11.075	-	-	-	-
METROBARRA	Nota de Débito(*)	Controlada	7	-	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(*)	Controlada	1.811	-	-	-	-
LAMBRA	Dividendos	Controlada	6.826	-	-	-	-
METRÔRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	<u>2.953</u>	-	-	-	-
Total			<u>34.143</u>	<u>16.955</u>			<u>240</u>

(*) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Consolidado							
31/12/2014							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo	Resultado	
			Não circulante	Circulante	Circulante	Custo de construção	
Construtora OAS S.A.(*)	Adiantamento de construção	Controlada	47.101	-	6.283	-	(1.227.596)
CBN x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	3.274	-	-
CRA x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	556	-	-
CRT x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	823	-	-
Total			<u>47.101</u>	<u>10.936</u>			<u>(1.227.596)</u>

Consolidado				
31/12/2013				
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	
			Não circulante	Passivo Circulante
Construtora OAS S.A.(*)	Adiantamento de construção	Controlada	70.396	71.244
CBN x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	3.092
CRT x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	808
Total			<u>70.396</u>	<u>75.144</u>

(*) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo, e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados, e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção. Os montantes apresentados no resultado (custo) representam os custos das obras das controladas GRU no montante de R\$580.433, CART de R\$348.817 e VIA 040 de R\$298.346, executadas pela Construtora OAS. S.A..

b) Sumário das transações entre partes relacionadas

- i. Em setembro de 2012, GRU AIRPORT adiantou à Construtora OAS o montante de R\$104.459 referente aos serviços de mobilização para o projeto de construção, modernização e ampliação conforme contrato firmado entre as partes, a ser amortizado em 46 parcelas iguais de R\$2.271.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas GRU AIRPORT, CART e VIA 040 pagaram à OAS o montante de R\$1.565.104 (GRU AIRPORT no montante de R\$550.791, CART no montante de R\$348.817, VIA 040 no montante de R\$396.045 e LAMSAC no montante de R\$269.450) pela prestação de serviços de construção. Em 31 de dezembro de 2013, o pagamento foi de R\$937.958 (CART pagou o montante de R\$240.488 e GRU AIRPORT R\$697.470).

- ii. Em 24 de março de 2014, a controlada CLN firmou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a Invepar e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de até R\$21.000, com vencimento em 25 de março de 2015 e os encargos financeiros devidos pela CLN à Invepar foram compostos do percentual de 125% do CDI. Em 8 de agosto de 2014 o mútuo foi totalmente liquidado.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2014			31/12/2014		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	2.546	1.913	4.459	13.947	3.461	17.408
Participação nos resultados/Bônus variáveis	2.166	-	2.166	8.045	-	8.045
Encargos	942	382	1.324	3.559	537	4.096
Outros benefícios	<u>402</u>	<u>-</u>	<u>402</u>	<u>2.033</u>	<u>-</u>	<u>2.033</u>
Total	<u>6.056</u>	<u>2.295</u>	<u>8.351</u>	<u>27.584</u>	<u>3.998</u>	<u>31.582</u>

Composição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013			31/12/2013		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	2.466	1.535	4.001	8.060	1.895	9.955
Participação nos resultados/Bônus variáveis	2.330	-	2.330	5.253	-	5.253
Encargos	959	307	1.266	2.512	333	2.845
Outros benefícios	<u>379</u>	<u>-</u>	<u>379</u>	<u>1.804</u>	<u>-</u>	<u>1.804</u>
Total	<u>6.134</u>	<u>1.842</u>	<u>7.976</u>	<u>17.629</u>	<u>2.228</u>	<u>19.857</u>

Em 29 de abril de 2014 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores da Invepar de até R\$11.457, sendo o máximo do grupo. O montante mínimo de remuneração global anual dos administradores é de R\$43 na PEX.

A Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

A Companhia e suas controladas não possuem planos de opção de ações para seus executivos e empregados de qualquer nível.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2013		Saldos em 31/12/2012 Investimentos	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2013 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
Controladas										
LAMSA	100	51.927.409	103.854.827	136.294	-	-	86.090	-	(119.565)	102.819
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	49.760	-	-	2.758	-	-	52.518
CART	100	513.484.978	513.484.978	567.252	-	(200)	(50.578)	-	-	516.474
METRÓRIO	100	1.446.898.779	-	1.245.680	-	-	36.075	-	-	1.281.755
LAMBRA	100	301.421.521	-	1.039.608	87.580	(16.821)	40.960	54.043	(6.826)	1.198.544
GRUPAR	90	16.849.896.819	-	156.871	396.089	-	58.267	-	(11.075)	600.152
PEX	100	1.350.000	-	1.324	-	-	(54)	-	-	1.270
METROBARRA	100	60.000.000	-	-	5.999	-	(1.203)	-	-	4.796
				<u>3.196.789</u>	<u>489.668</u>	<u>(17.021)</u>	<u>172.315</u>	<u>54.043</u>	<u>(137.466)</u>	<u>3.758.328</u>
Controladas em conjunto										
VIARIO	33,34	22.594.518	-	15.667	6.168	-	(2.028)	-	-	19.807
CBN	50	70.000.000	-	33.211	12.500	-	(1.956)	-	-	43.755
CRA	50	43.378.000	-	25.692	13.378	-	(5.189)	-	-	33.881
				<u>74.570</u>	<u>32.046</u>	<u>-</u>	<u>(9.173)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>97.443</u>
Coligadas										
VLT	24,43	15.253.863	-	-	6.657	-	(750)	-	-	5.907
CRT	24,91	17.992	3.546	65.974	-	(4.349)	12.564	-	(7.013)	67.176
				<u>65.974</u>	<u>6.657</u>	<u>(4.349)</u>	<u>11.814</u>	<u>-</u>	<u>(7.013)</u>	<u>73.083</u>
				<u>3.337.333</u>	<u>528.371</u>	<u>(21.370)</u>	<u>174.956</u>	<u>54.043</u>	<u>(144.479)</u>	<u>3.928.854</u>

a) Informações sobre os investimentos da controladora

Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da Invepar.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014

Empresas	Receita líquida de serviços		Receita de construção	Custos e despesas	Custos de construção	Provisão para manutenção	Depreciação e amortização	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	Impostos/ resultado	Resultado do exercício	Participação da Invepar %	
												Invepar %	
LAMSA	260.156	1.212	(72.355)	(1.203)	-	(21.802)	-	(21.743)	(48.432)	95.833	100	100	
CLN	42.462	22.166	(30.297)	(21.947)	-	(5.567)	-	(3.114)	(876)	2.827	91,49	100	
CART	248.700	409.440	(112.140)	(405.386)	(16.294)	(82.599)	-	(162.159)	40.230	(80.208)	100	100	
CBN	100.474	118.415	(46.505)	(117.231)	-	(24.642)	-	(26.457)	(3.850)	204	50	50	
CRT	184.841	28.409	(66.619)	(28.409)	-	(23.194)	-	(21.354)	(24.477)	49.197	24,92	24,92	
CRA	44.073	21.851	(23.748)	(21.635)	-	(8.929)	-	(17.931)	2.021	(4.298)	50	50	
LAMBRA	-	-	(84)	-	-	-	-	(190)	(4.171)	37.150	100	100	
LAMSAC	196.270	253.665	(91.445)	(253.665)	(11.706)	(8.673)	-	(46.495)	3.643	41.594	100*	100*	
VIARIO	-	598.579	(10.048)	(598.579)	-	(265)	-	(6.077)	5.358	(11.032)	33,34	33,34	
PEX	6.969	-	(10.577)	-	-	(887)	-	(798)	700	(4.593)	100	100	
VIA 040	-	512.431	(53.269)	(507.357)	-	(1.224)	-	16.890	11.025	(21.504)	100	100	
METRÓRIO	702.204	117.981	(424.171)	(117.981)	-	(103.918)	-	(77.375)	(35.518)	61.222	100	100	
METROBARRA	-	-	(3.369)	-	-	-	-	(1.039)	1.474	(2.934)	100	100	
VLT	9.698	24.431	(31.877)	(24.431)	-	(8)	-	(26.245)	16.253	(32.179)	24,87	24,87	
GRUPAR	-	-	(197)	-	-	-	-	(202.113)	88	(202.222)	90	90	
GRU AIRPORT	1.576.274	1.381.189	(715.344)	(1.342.394)	-	(585.499)	-	(611.027)	(99.500)	(396.301)	45,9*	45,9*	

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014 - continuação

Balanco patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Rodovias	LAMSA	44.227	491.315	72.223	372.325	90.994 **	100
	CLN	7.512	122.652	19.455	51.022	59.687 **	91,49
	CART	45.651	2.253.611	127.280	1.710.803	461.179	100
	CBN	51.148	673.181	21.327	549.284	153.718	50
	CRT	45.620	217.815	37.837	69.251	156.347	24,92
	GRA	17.038	275.559	105.606	123.530	63.461	50
	LAMBRA	475	557.221	9.375	10.110	538.210	100
	LAMSAC	101.623	1.513.258	37.063	1.020.598	557.221	100 *
	VIARIO	86.996	332.369	370.985	-	48.380	33,34
	PEX	13.655	3.599	20.542	34	(3.322)	100
	PEX Peru	4	-	-	-	4	99,9
	VIA 040	286.359	572.711	44.969	520.605	293.496	100
	Mobilidade Urbana	METRÓRIO	205.629	2.472.491	175.950	1.159.194	1.342.976
METROBARRA		420.772	408.765	773.674	-	55.863	100
VLT		251.521	480.957	744.935	17.278	(29.735)	24,87
Aeroportos	GRUPAR	535	476.797	410	12.306	464.616	90
	GRU AIRPORT	485.542	15.999.155	1.423.997	14.125.804	934.896	45,9*

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

(**) Os Patrimônios Líquidos da LAMSA e CLN são respectivamente de R\$90.994 e R\$59.687 e os valores utilizados para consolidação são de R\$74.464 e R\$53.809, respectivamente, ajustados pelo lucro não realizado decorrentes das transações entre partes relacionadas: debênture LAMSA e METRÓRIO e mútuo entre CLN e INVEPAR.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014 - continuação

	(+) Investimento total				(-) Investimento não caixa				Participação da Invepar %	
	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de concessão (investimento)	Capitalização da outorga passiva	Capitalização de resultado financeiro	Variação cambial	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		(=) Investimento caixa
Empresas										
Rodovias	LAMSA	4.631	12.687	1.921	-	-	182	9	19.048	100
	CLN	634	221	3.875	-	805	1.611	219	2.095	91,49
	CART	6.230	967	419.999	-	-	488	4.054	422.654	100
	CBN	442	95	127.517	-	6.883	-	1.184	119.987	50
	CRT	1.550	27	29.552	-	1.913	-	-	29.216	24,92
	CRA	-	304	21.045	-	3.652	-	216	17.481	50
	LAMSAC	2.411	9.493	347.595	-	44.203	29.550	-	250.448	100
	VIARIO	162	77	197.837	-	16.064	-	-	182.012	33,34
	PEX	596	407	-	-	-	9	-	994	100
	VIA 040	8.617	2.913	551.381	-	1.966	22.548	5.074	533.323	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	43.826	2.723	128.924	-	10.943	16.686	-	147.844	100
	METROBARRA	286.704	-	-	-	31.561	88.958	-	166.185	100
	VLT	1.819	-	189.815	-	-	-	-	191.634	24,87
Aeroportos	GRU AIRPORT	10.187	25.813	1.213.173	561.499	628.189	14.700	38.795	1.128.988	45,9*

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014 – continuação

Receitas e despesas financeiras	Empresas	Resultado financeiro					Participação da Invepar %
		Juros ativos / passivos	Variações cambiais	Variação monetária e ajuste a valor presente (AVP)	Outros	(-) Resultado financeiro	
Rodovias	LAMSA	1.608	(12)	179	(23.518)	(21.743)	100
	CLN	(2.892)	-	134	(356)	(3.114)	91,49
	CART	(42.143)	-	(67.009)	(53.007)	(162.159)	100
	CBN	(25.115)	-	-	(1.342)	(26.457)	50
	CRT	(525)	-	(368)	(20.461)	(21.354)	24,92
	CRA	(16.202)	-	-	(1.729)	(17.931)	50
	LAMBRA	157	-	-	(346)	(190)	100
	LAMSAC	(37.954)	(7.356)	(1.077)	(108)	(46.495)	100*
	VIARIO	16.851	-	-	(22.928)	(6.077)	33,34
	PEX	120	-	-	(918)	(798)	100
	VIA 040	17.041	-	-	(151)	16.890	100
	Mobilidade urbana	METRÓRIO	(30.153)	13.327	(25.949)	(34.600)	(77.375)
METROBARRA		(16)	177	-	(1.200)	(1.039)	100
VLТ		8.156	(6.523)	-	(27.878)	(26.245)	24,87
Aeroportos	GRUPAR	70	-	19	(1)	88	90
	GRU AIRPORT	(97.238)	(113)	(467.167)	(46.509)	(611.027)	45,9*

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014 - continuação

Dívida líquida	Empresas	(+) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(=) Dívida líquida	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante			
Rodovias	LAMSA	22.064	367.923	11.217	378.770	100
	CLN	8.753	44.862	7.633	45.982	91,49
	CART	106.867	1.609.842	91.172	1.625.537	100
	CBN	14.738	542.612	66.612	490.738	50
	CRT	21.096	62.246	28.466	54.876	24,92
	CRA	101.796	123.530	14.645	210.681	50
	LAMBRA	-	-	446	(446)	100
	LAMSAC	-	1.007.722	89.942	917.780	100*
	VIARIO	367.663	-	86.760	280.903	33,34
	PEX	-	-	3.359	(3.359)	100
	PEX Peru	-	-	4	(4)	99,9
	VIA 040	1.290	520.605	277.839	244.056	100
Mobilidade urbana	METRÓRIO	66.152	1.102.470	185.722	982.900	100
	METROBARRA	677.759	-	400.217	277.542	100
	VLT	333.798	-	107.431	226.367	24,87
Aeroportos	GRUPAR	-	-	513	(513)	90
	GRU AIRPORT	52.000	3.063.720	277.855	2.837.865	45,9*

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2013

	Empresas	Receita líquida de serviços	Receita de construção	Custos e despesas	Custos de construção	Provisão para manutenção	Depreciação e amortização	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	Impostos s/ resultado	Resultado do exercício	Participação da Invepar %
Rodovias	LAMSA	233.387	2.805	(66.229)	(2.777)	-	(21.988)	-	(20.229)	(38.879)	86.090	100
	CLN	37.472	17.653	(26.379)	(17.478)	-	(4.284)	-	(2.419)	(1.552)	3.013	91,49
	CART	230.720	282.080	(110.888)	(279.285)	(12.910)	(67.246)	-	(118.832)	25.783	(50.578)	100
	CBN	87.113	137.999	(45.953)	(136.619)	-	(22.096)	-	(23.913)	(441)	(3.910)	50
	CRT	174.221	43.683	(58.956)	(43.683)	-	(18.459)	-	(19.919)	(26.451)	50.436	24,91
	CRA	21	137.708	(18.764)	(136.344)	-	(285)	-	(2.030)	9.316	(10.378)	50
Mobilidade urbana	LAMBRA	-	-	985	-	-	-	40.278	(303)	-	40.960	100
	LAMSAC	134.910	294.939	(58.061)	(294.939)	-	(4.351)	-	(13.971)	(18.249)	40.278	100*
	VIARIO	-	211.197	(8.076)	(211.197)	-	(165)	-	(906)	3.065	(6.082)	33,34
	PEX	5.686	-	(5.174)	-	-	(414)	-	(155)	3	(54)	100
Aeroportos	METRÓRIO	551.729	7.509	(353.825)	(6.994)	-	(99.816)	-	(36.076)	(26.452)	36.075	100
	METROBARRA	-	-	(1.713)	-	-	-	-	(109)	619	(1.203)	100
	VLT	-	1.754	(4.558)	(1.754)	-	(1)	-	(93)	1.583	(3.069)	24,44
	GRUPAR	-	-	(186)	-	-	-	64.876	51	-	64.741	90
	GRU AIRPORT	1.261.368	1.796.667	(632.563)	(1.746.202)	-	(430.890)	-	(55.398)	(65.774)	127.208	45,9*

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2013 - continuação

Balanco patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Participação da Invepar %	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
Rodovias	LAMSA	26.584	501.434	33.730	391.469	102.819	100	
	CLN	2.014	122.081	43.599	23.099	57.397	91,49	
	CART	196.245	1.798.809	104.146	1.379.521	511.387	100	
	CBN	65.626	566.545	27.778	516.879	87.514	50	
	CRT	30.855	208.473	32.567	75.212	131.549	24,91	
	CRA	4.367	261.109	197.716	-	67.760	50	
	LAMBRA	505	395.340	6.859	-	388.986	100	
	LAMSAC	464.260	1.099.151	196.751	970.848	395.812	100*	
	VIARIO	132.383	125.776	198.747	-	59.412	33,34	
	PEX	9.887	3.063	11.680	-	1.270	100	
	Mobilidade Urbana	METRÔRIO	150.471	2.420.488	465.224	823.981	1.281.754	100
		METROBARRA	483.992	122.388	4.825	596.758	4.797	100
		VLT	56.955	50.104	83.066	-	23.993	24,44
	Aerportos	GRUPAR	12.693	666.895	12.750	-	666.838	90
GRU AIRPORT		864.403	14.598.925	1.489.673	12.669.921	1.303.734	45,9*	

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2013 - continuação

Empresas	(+) Investimento total			(-) Investimento não caixa		Participação da Invepar %
	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de concessão (investimento)	Capitalização da outorga passiva	Variação cambial	
Rodovias						
LAMSA	8.434	5.747	931	-	-	15.112
CLN	734	10	36.272	-	-	37.016
CART	4.946	1.092	285.495	-	-	291.533
CBN	748	42	131.116	-	-	121.847
CRT	2.287	72	44.921	-	-	46.934
CRA	-	1.350	131.214	-	-	124.875
LAMSAC	11.398	120.357	463.094	-	30.825	594.849
VIARIO	580	6	120.451	-	-	121.037
PEX	1.360	1.137	-	-	-	2.497
Mobilidade Urbana						
METRÓRIO	120.030	945	157.146	-	-	249.173
METROBARRA	66.245	159	-	-	-	64.517
VLT	41	-	40.581	-	-	40.622
Aeroportos						
GRU AIRPORT	7.300	4.218	1.881.365	851.326	903.617	1.840.592

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2013 - continuação

	Resultado financeiro							Participação da Invepar %
	Receitas e despesas financeiras	Empresas	Juros ativos/passivos	Variações cambiais	Variação monetária e ajuste a valor presente (AVP)	Outros	(=) Resultado financeiro	
Rodovias		LAMSAC	1.408	55	239	(21.931)	(20.229)	100
		CLN	(2.172)	-	-	(247)	(2.419)	91,49
		CART	(17.558)	(5)	(49.617)	(51.652)	(118.832)	100
		CBN	(17.552)	-	-	(6.361)	(23.913)	50
		CRT	(2.554)	-	(555)	(16.810)	(19.919)	24,91
		CRA	(1.799)	-	-	(231)	(2.030)	50
		LAMBRA	75	-	-	(378)	(303)	100
		LAMSAC	-	(12.893)	(1.465)	387	(13.971)	100*
		VIARIO	5.001	-	-	(5.907)	(906)	33,34
		PEX	108	-	-	(263)	(155)	100
Mobilidade urbana		METRÓRIO	(18.690)	5.944	(10.377)	(12.953)	(36.076)	100
		METROBARRA	-	-	-	(109)	(109)	100
		VLT	(4)	-	-	(89)	(93)	24,44
Aeroportos		GRUPAR	172	-	-	(121)	51	90
		GRU AIRPORT	7.972	(243)	-	(63.127)	(55.398)	45,9*

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2013 - continuação

Dívida líquida	Empresas	(+) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Dívida líquida (=)	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante			
Rodovias	LAMSA	3.424	386.722	4.139	386.007	100
	CLN	13.878	17.772	692	30.958	91,49
	CART	83.736	1.297.473	173.798	1.207.411	100
	CBN	8.986	514.406	60.352	463.040	50
	CRT	13.364	68.599	13.091	68.872	24,91
	CRA	193.094	-	2.956	190.138	50
	LAMBRA	-	-	505	(505)	100
	LAMSAC	-	940.590	451.853	488.737	100*
	VIARIO	196.954	-	130.726	66.228	33,34
	PEX	-	-	3.217	(3.217)	100
Mobilidade urbana	METRÓRIO	361.773	766.338	102.270	1.025.841	100
	METROBARRA	-	596.758	478.333	118.425	100
	VLT	81.244	-	48.153	33.091	24,44
Aeroportos	GRUPAR	-	-	676	(676)	90
	GRU AIRPORT	1.568	1.833.000	622.854	1.211.714	45,9*

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

b) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, o METRÔRIO passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros.

Em 27 de dezembro de 2007, o METRÔRIO firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo METRÔRIO, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Conforme ata da assembleia geral extraordinária realizada em 25 de novembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social da companhia no montante de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), mediante emissão de 34.248.885 (trinta e quatro milhões, duzentas e quarenta e oito mil, oitocentas e oitenta e cinco) ações ordinárias e 34.248.885 (trinta e quatro milhões, duzentas e quarenta e oito mil, oitocentas e oitenta e cinco) ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2014 a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$ 81.629 (capital circulante líquido positivo de R\$92.099 em 31 de dezembro de 2013), causado principalmente, pela classificação no não circulante de aplicações financeiras realizadas com o objetivo de manter conta reserva para honrar os compromissos contratuais relativos aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Controlada se baseia no suporte financeiro do controlador para suprir eventuais necessidades de caixa.

d) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (“DERBA”), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (“AGERBA”, em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o “Poder Concedente”), pelo prazo de 25 anos.

Em 6 de junho de 2014, houve aumento de capital social da companhia em R\$34.000 mediante a emissão de 44.678.760 de ações ordinárias normativas, sem valor nominal. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional a participação de cada acionista, cabendo a Invepar a participação de 50%.

Em 1 de dezembro de 2014, houve aumento de capital social da companhia em R\$32.000 mediante a emissão de 50.348.060 de ações ordinárias normativas, sem valor nominal. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional a participação de cada acionista, cabendo a Invepar a participação de 50%.

e) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. sociedade anônima de capital aberto constituída em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, teve início em 23 de março de 1996 e portanto término em 22 de março de 2021.

f) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - “Express Way”, pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2014, a CRA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$88.568 (R\$193.348 em 31 de dezembro de 2013), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo junto aos bancos HSBC e BNDES para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações. Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 50% junto à Controlada.

Dando continuidade aos objetivos estratégicos, a Administração vem adotando medidas para suprir a insuficiência de capital de giro através da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, o qual foi aprovado pela diretoria do banco, por meio da decisão Dir. 1434/2013-BNDES em reunião no dia 30 de dezembro de 2013, no montante de R\$180.538, divididos em subcréditos dos quais tem incidência de taxas de juros que variam de TJLP a TJLP + 3,87% a.a. Até 31 de dezembro de 2014, foi liberado o montante de R\$132.000, com vencimento da última parcela de amortização para o ano de 2028.

g) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - “GRU AIRPORT” da qual o Consorcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - “GRUPAR”, possui 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA poderá aumentar sua participação em GRUPAR para até 20% de seu capital.

Em 31 de dezembro de 2014, a GRUPAR consolidada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$938.330 (R\$623.336 em 31 de dezembro de 2013), devido, principalmente, ao reconhecimento de obrigações junto à União referente ao pagamento das outorgas. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada GRU AIRPORT têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades de GRU AIRPORT.

Em 2013 foram aprovados pelos acionistas aumentos de capital em abril, julho e novembro conforme quadro abaixo:

Empresas	Abr/13		Jul/13		Nov/13	
	Valor	Quantidade ações	Valor	Quantidade ações	Valor	Quantidade ações
INVEPAR	87.202	8.720.197	247.777	16.430.829	61.110	5.013.125
ACSA	9.689	968.911	27.531	1.825.648	6.790	557.014
Total	96.891	9.689.108	275.308	18.256.477	67.900	5.570.139

h) LAMBRA

Em 21 de março de 2012, a Invepar passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012 os acionistas deliberaram a incorporação por parte da Invepar da V.P.R. Brasil Participações S.A, com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

A Invepar obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Línea Amarilla Brasil Participações S.A. (“LAMBRA”), que por sua vez é detentora de 100% do capital social da Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 14 de fevereiro de 2013, foi levado ao registro público o Aditivo Contratual (“Aditivo”) firmado em 13 de fevereiro de 2013, o qual amplia o prazo da concessão em mais 10 anos, passando a 40 anos, a partir da assinatura do Contrato. Destaque-se, ainda, que, em atendimento ao Contrato, a Concessionária iniciou a percepção das receitas arrecadadas pelas praças de pedágio a partir de 10 de fevereiro de 2013.

Em 5 de junho de 2013 ocorreu o aumento de capital no valor de R\$87.580, mediante a emissão de 87.580.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 20 de maio de 2014 ocorreu um aumento de capital no valor de R\$54.000, mediante a emissão de 40.911.778 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 06 de outubro de 2014 ocorreu um aumento de capital no valor de R\$31.201, mediante a emissão de 22.240.105 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

i) VIARIO

A Concessionária VIARIO S. A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2014, a VIARIO apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$283.989 (R\$66.364 em 31 de dezembro de 2013). Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 33,34% junto à Controlada.

A Controlada se baseia no suporte financeiro dos controladores para suprir eventuais

necessidades de caixa.

j) PEX

Em 6 de julho de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a PEX S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2014, a PEX apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$2.736 (R\$1.793 em 31 de dezembro de 2013).

A empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

k) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

A referida Comissão declarou o Consórcio VLT CARIOCA, formado pela INVEPAR (24,4375%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,4375%), Odebrecht TransPort S.A. (24,4375%), RIOPAR Participações S.A. (24,4375%), Benito Roggio Transporte S.A. - BRT (2,00%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%), vencedor, tornando-se o resultado público após a divulgação da respectiva ata da sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. O Consórcio sagrou-se vencedor ao propor o menor valor a título de pagamento de prestação pecuniária mensal.

Em 25 de setembro de 2014 foi alterada a composição acionária através da compra de parte das ações da BRT, passando a ser INVEPAR (24,8750%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,8750%), Odebrecht TransPort S.A. (24,8750%), RIOPAR Participações S.A. (24,8750%), Benito Roggio Transporte S.A. (0,25%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%).

Em 31 de dezembro de 2014, o VLT apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$493.414 (R\$26.895 em 31 de dezembro de 2013), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures de curto prazo. Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 24,87% junto à Controlada. Os compromissos futuros relacionados aos investimentos e liquidação de obrigações financeiras serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores. A Companhia está, atualmente, negociando financiamento de longo prazo para liquidar empréstimos de curto prazo e financiar as demais fases de obras do projeto.

l) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA”), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

m) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN (“CLN”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a CLN e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Em 31 de dezembro de 2014, a CLN apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$11.943 (R\$41.585 em 31 de dezembro de 2013), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo e da obrigação junto ao poder concedente da realização de investimentos. A Administração da CLN e da Invepar têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, os acionistas efetuarão aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da CLN.

n) METROBARRA

Em 20 de dezembro de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criado o METROBARRA S.A. sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

O METROBARRA tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding.

Em 23 de novembro de 2012 a Invepar firmou um contrato de opção de outorga de compra e venda junto aos atuais acionistas da CRB - Concessionária Rio Barra S.A. O montante registrado referente a opção do METROBARRA refere-se ao adiantamento para aquisição futura dessa empresa. Após a transferência efetiva do controle sobre a empresa, será realizado o pagamento do preço variável, que será calculado tendo como base o número de passageiros entrantes nas estações da Linha 4.

A Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"), foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metroviário de passageiros da linha 4 (quatro) do metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Em 11 de março de 2013 a Invepar cedeu os direitos e deveres do contrato de compra da CRB para o METROBARRA, sua subsidiária integral.

Para concluir a aquisição da CRB, a Invepar assumiu o compromisso de adquirir trens e sistemas para operação da Linha 4.

Em 15 de outubro de 2013 o METROBARRA pagou aos acionistas da CRB o valor de R\$53.564 referente a parcela fixa da aquisição futura dessa empresa.

No dia 28 de março de 2014 foi aprovado pela Invepar um aumento de capital no montante de R\$54.000 na controlada METROBARRA.

Em 31 de dezembro de 2014, o METROBARRA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$264.060. A Administração do METROBARRA e da Invepar têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

o) VIA 040

Em 31 de janeiro de 2014 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA 040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção.

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela Invepar a subscrição de 395.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal a Companhia.

Em 21 e 24 de fevereiro de 2014, foram realizadas integralizações de R\$39.500 e R\$275.500, respectivamente.

A Invepar tem o compromisso de integralizar, até o final do primeiro ano de concessão, o montante de R\$80.000 na VIA 040, atingindo o capital social mínimo de R\$395.000 conforme Contrato de Concessão.

p) PEX Peru

Em 14 de outubro de 2014 através do registro de escritura pública, foi criada a PEX Peru S.A.C. com sede na cidade de Lima (Peru), tendo como subscritoras de seu capital social a INVEPAR com 99,9% e a LAMBRA com 0,1%. Tem objeto social a administração de pagamento automático de pedágio.

9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

	31/12/2014					Consolidado
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	
Receita líquida de serviços	754.557	702.204	1.576.274	-	-	3.033.035
Receita de construção	<u>1.198.914</u>	<u>117.981</u>	<u>1.381.189</u>	-	-	<u>2.698.084</u>
	1.953.471	820.185	2.957.463	-	-	5.731.119
Custo de serviços prestados	(328.390)	(394.950)	(1.094.835)	-	-	(1.818.175)
Custo de construção	<u>(1.189.558)</u>	<u>(117.981)</u>	<u>(1.342.394)</u>	-	-	<u>(2.649.933)</u>
Lucro bruto	435.523	307.254	520.234	-	-	1.263.011
Despesas gerais e administrativas	(162.785)	(138.433)	(208.587)	(98.748)	5	(608.548)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(120.262)	111.776	(8.486)
Outras receitas operacionais	<u>(27.744)</u>	<u>1.925</u>	<u>2.383</u>	<u>4</u>	-	<u>(23.432)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	244.994	170.746	314.030	(219.006)	111.781	622.545
Receitas financeiras	73.627	47.784	54.303	19.668	(28.207)	167.175
Despesas financeiras	<u>(291.235)</u>	<u>(126.198)</u>	<u>(665.242)</u>	<u>(63.517)</u>	<u>10.872</u>	<u>(1.135.320)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	27.386	92.332	(296.909)	(262.855)	94.446	(345.600)
Imposto de renda e contribuição social	2.120	(34.044)	(99.500)	-	-	(131.424)
Correntes	(70.008)	(23.229)	-	-	-	(93.237)
Diferidos	<u>72.128</u>	<u>(10.815)</u>	<u>(99.500)</u>	-	-	<u>(38.187)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	29.506	58.288	(396.409)	(262.855)	94.446	(477.024)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(194.187)	-	(19.982)	(214.169)
Atribuível aos acionistas controladores	<u>29.506</u>	<u>58.288</u>	<u>(202.222)</u>	<u>(262.855)</u>	<u>114.428</u>	<u>(262.855)</u>
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(120.752)	(103.918)	(585.499)	(30.643)	-	(840.812)
Provisão para manutenção	(28.001)	-	-	-	-	(28.001)
Adição ao imobilizado	23.119	330.530	10.187	956	-	364.792
Adição ao intangível	1.378.401	131.647	1.800.485	4.420	-	3.323.953

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	499.502	626.401	486.077	121.999	(66.061)	1.667.918
Ativo não circulante	4.957.146	2.881.256	15.999.155	4.315.422	(3.420.944)	24.732.035
Total do ativo	<u>5.456.648</u>	<u>3.507.657</u>	<u>16.485.232</u>	<u>4.437.421</u>	<u>(3.487.005)</u>	<u>26.399.953</u>
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	330.907	949.624	1.424.407	46.189	(65.841)	2.685.286
Passivo não circulante	3.685.497	1.159.194	14.138.110	503.738	(169.000)	19.317.539
Patrimônio líquido	1.440.244	1.398.839	922.715	3.887.494	(3.252.164)	4.397.128
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>5.456.648</u>	<u>3.507.657</u>	<u>16.485.232</u>	<u>4.437.421</u>	<u>(3.487.005)</u>	<u>26.399.953</u>

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

	31/12/2013					
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	642.175	551.729	1.261.368	-	-	2.455.272
Receita de construção	597.477	7.509	1.796.667	-	-	2.401.653
	1.239.652	559.238	3.058.035	-	-	4.856.925
Custo de serviços prestados	(246.361)	(358.202)	(861.481)	-	-	(1.466.044)
Custo de construção	(594.479)	(6.994)	(1.746.202)	-	-	(2.347.675)
Lucro bruto	398.812	194.042	450.352	-	-	1.043.206
Despesas gerais e administrativas	(131.033)	(97.027)	(202.158)	(93.221)	-	(523.439)
Equivalência patrimonial	-	-	-	174.956	(172.315)	2.641
Outras receitas (despesas) operacionais	456	(125)	-	58	-	389
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	268.235	96.890	248.194	81.793	(172.315)	522.797
Receitas financeiras	61.850	112.849	9.400	26.295	(6.583)	203.811
Despesas financeiras	(217.759)	(149.034)	(64.747)	(10.991)	6.583	(435.948)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	112.326	60.705	192.847	97.097	(172.315)	290.660
Imposto de renda e contribuição social	(32.894)	(25.833)	(65.774)	(922)	-	(125.423)
Correntes	(40.616)	(8.356)	-	(922)	-	(49.894)
Diferidos	7.722	(17.477)	(65.774)	-	-	(75.529)
Lucro líquido do exercício	<u>79.432</u>	<u>34.872</u>	<u>127.073</u>	<u>96.175</u>	<u>(172.315)</u>	<u>165.237</u>
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	62.332	-	6.730	69.062
Atribuível aos acionistas controladores	<u>79.432</u>	<u>34.872</u>	<u>64.741</u>	<u>96.175</u>	<u>(179.045)</u>	<u>96.175</u>
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(95.880)	(99.816)	(430.890)	(22.383)	-	(648.969)
Provisão para manutenção	(12.910)	-	-	-	-	(12.910)
Adição ao imobilizado	27.224	100.803	7.300	397	-	135.724
Adição ao intangível	715.959	243.821	2.736.983	2.737	-	3.699.500

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
<u>Ativo</u>						
Ativo circulante	698.990	634.463	865.079	161.376	(46.783)	2.313.125
Ativo não circulante	<u>3.524.538</u>	<u>2.542.876</u>	<u>14.598.925</u>	<u>3.949.716</u>	<u>(3.099.315)</u>	<u>21.516.740</u>
Total do ativo	<u>4.223.528</u>	<u>3.177.339</u>	<u>15.464.004</u>	<u>4.111.092</u>	<u>(3.146.098)</u>	<u>23.829.865</u>
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>						
Passivo circulante	396.732	470.049	1.488.415	43.939	(46.999)	2.352.136
Passivo não circulante	2.764.937	1.420.739	12.669.921	-	(155.414)	16.700.183
Patrimônio líquido	<u>1.061.859</u>	<u>1.286.551</u>	<u>1.305.668</u>	<u>4.067.153</u>	<u>(2.943.685)</u>	<u>4.777.546</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>4.223.528</u>	<u>3.177.339</u>	<u>15.464.004</u>	<u>4.111.092</u>	<u>(3.146.098)</u>	<u>23.829.865</u>

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2014
		(reapresentado)				
<u>Custo</u>						
Etiquetas eletrônicas	6,6	1.008	315	-	-	1.323
Instalações	13,6	8.404	1.410	-	3.007	12.821
Máquinas e equipamentos	9,2	69.667	21.310	(109)	(147)	90.721
Móveis e utensílios	9,2	20.272	12.150	(163)	6.984	39.243
Veículos	19,1	13.573	8.005	(1.610)	-	19.968
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	4.752	376	-	9	5.137
Equipamentos de informática	19,6	57.506	12.624	(448)	204	69.886
Peças sobressalentes*		12.867	7.169	-	(9.935)	10.101
Imobilizado em andamento		71.189	290.095	-	(335)	360.949
Adiantamento a fornecedores		6.635	11.277	-	213	18.125
Outros		<u>338</u>	<u>61</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>391</u>
		<u>266.211</u>	<u>364.792</u>	<u>(2.338)</u>	<u>-</u>	<u>628.665</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Etiquetas eletrônicas		(181)	(22)	-	-	(203)
Instalações		(2.208)	(759)	-	(7)	(2.974)
Máquinas e equipamentos		(23.337)	(9.537)	28	(997)	(33.843)
Móveis e utensílios		(8.043)	(3.534)	111	-	(11.466)
Veículos		(6.327)	(2.844)	1.200	-	(7.971)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.644)	(479)	-	7	(2.116)
Equipamentos de informática		(32.083)	(9.185)	340	997	(39.931)
Outros		<u>(245)</u>	<u>(254)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(498)</u>
		<u>(74.068)</u>	<u>(26.614)</u>	<u>1.680</u>	<u>-</u>	<u>(99.002)</u>
Imobilizado líquido		<u>192.143</u>	<u>338.178</u>	<u>(658)</u>	<u>-</u>	<u>529.663</u>

(*) Peças de reposição que serão depreciadas quando aplicadas no ativo.

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado.

Durante o exercício, a companhia revisou as taxas de depreciação e concluiu que as mesmas são realizáveis em relação à vida útil dos bens.

Em 31 de julho de 2013, a controlada MetrôBarra assinou o contrato com o fornecedor CNR Changchun Railway Vehicles CO., Ltd., para aquisição de trens, no montante de R\$328.484.817 (equivalente a US\$123.667.200). Os trens ficarão prontos em outubro de 2015.

O grupo Invepar não possui ativos dados em garantia, assim como arrendamento financeiro.

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2013
		(reapresentado)				(reapresentado)
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	5.378	835	(5.205)	-	1.008
Instalações	13,6	3.787	4.687	(11)	(59)	8.404
Máquinas e equipamentos	9,2	46.396	20.813	(833)	3.291	69.667
Móveis e utensílios	9,2	13.531	6.839	(68)	(30)	20.272
Veículos	19,1	15.096	4.102	(3.176)	(2.449)	13.573
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	4.653	99	-	-	4.752
Equipamentos de informática	19,6	47.161	11.016	(197)	(474)	57.506
Peças sobressalentes*		12.908	10.723	(10.764)	-	12.867
Imobilizado em andamento		7.863	71.185	(8.448)	589	71.189
Adiantamento a fornecedores		2.665	3.970	-	-	6.635
Outros		982	1.455	(1.231)	(868)	338
		<u>160.420</u>	<u>135.724</u>	<u>(29.933)</u>	<u>-</u>	<u>266.211</u>
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(4.957)	(194)	4.970	-	(181)
Instalações		(1.722)	(494)	7	1	(2.208)
Máquinas e equipamentos		(17.740)	(5.478)	191	(310)	(23.337)
Móveis e utensílios		(6.342)	(1.742)	38	3	(8.043)
Veículos		(6.833)	(2.290)	2.503	293	(6.327)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.167)	(477)	-	-	(1.644)
Equipamentos de informática		(22.511)	(9.739)	154	13	(32.083)
Outros		(462)	(94)	311	-	(245)
		<u>(61.734)</u>	<u>(20.508)</u>	<u>8.174</u>	<u>-</u>	<u>(74.068)</u>
Imobilizado líquido		<u>98.686</u>	<u>115.216</u>	<u>(21.759)</u>	<u>-</u>	<u>192.143</u>

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2013	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências	31/12/2014
	(reapresentado)					
Custo						
Software	52.132	38.917	(192)	-	-	90.857
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	356.122	1.921	-	-	-	358.043
Direito de concessão - investimento CLN (b)	134.131	3.875	(805)	-	-	137.201
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.233.653	419.999	(273)	-	-	1.653.379
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - Ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d)	1.519.620	128.924	(16.599)	-	-	1.631.945
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e)	1.326.979	-	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	912.336	383.537	-	-	144.197	1.440.070
Direito de concessão - Ágio - LAMSAC	826.376	-	-	46.394	-	872.770
Direito de concessão - investimento GRU (b)	2.478.968	1.213.173	-	-	-	3.692.141
Direito de concessão - outorga GRU (c)	12.571.628	561.499	-	-	-	13.133.127
Direito de concessão - ágio LAMSAC (b)	-	551.381	-	-	-	551.381
Direito de concessão - investimento - VIA 040	-	-	-	-	-	-
Outros	142.471	20.727	-	-	(144.197)	19.001
	<u>22.194.373</u>	<u>3.323.953</u>	<u>(17.869)</u>	<u>46.394</u>	<u>-</u>	<u>25.546.851</u>
Amortização						
Software	(13.614)	(7.232)	89	-	-	(20.757)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(37.806)	(18.705)	-	-	-	(56.511)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	(16.284)	(5.049)	-	-	-	(21.333)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(102.047)	(52.207)	60	-	-	(154.194)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(100.699)	(21.133)	-	-	-	(121.832)
Direito de concessão - Ágio CART	(871)	(201)	-	-	-	(1.072)
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	(251.075)	(50.405)	-	-	-	(301.480)
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	(372.667)	(42.981)	-	-	-	(415.648)
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	-	(5.594)	-	-	-	(5.594)
Direito de concessão - ágio LAMSAC (b)	(16.821)	(25.023)	-	-	-	(41.844)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(6.455)	(87.121)	-	-	-	(93.576)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(469.051)	(493.265)	-	-	-	(962.316)

	31/12/2013 (reapresentado)	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências	31/12/2014
Direito de concessão - investimento - VIA 040	-	(934)	-	-	-	(934)
Outros	(136)	(2)	-	-	-	(138)
	<u>(1.387.526)</u>	<u>(809.852)</u>	<u>149</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.197.229)</u>
Intangível líquido	<u>20.806.847</u>	<u>2.514.101</u>	<u>(17.720)</u>	<u>46.394</u>	<u>-</u>	<u>23.349.622</u>

	31/12/2012 (reapresentado)	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências	31/12/2013 (reapresentado)
<u>Custo</u>						
Software	36.012	16.009	(22)	-	133	52.132
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	355.191	931	-	-	-	356.122
Direito de concessão - investimento CLN (b)	98.272	36.273	-	-	(414)	134.131
Direito de concessão - investimento CART (b)	947.963	285.777	(87)	-	-	1.233.653
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - Ágio - CART	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d)	1.337.702	242.717	(60.799)	-	-	1.519.620
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e)	1.407.172	-	(80.193)	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	669.617	242.719	-	-	-	912.336
Direito de concessão - Ágio - LAMSAC	791.383	-	-	34.993	-	826.376
Direito de concessão - investimento GRU (b)	597.135	1.881.365	-	-	468	2.478.968
Direito de concessão - outorga GRU (c)	11.720.256	851.400	-	-	(28)	12.571.628
Outros	321	142.309	-	-	(159)	142.471
	<u>18.600.981</u>	<u>3.699.500</u>	<u>(141.101)</u>	<u>34.993</u>	<u>-</u>	<u>22.194.373</u>
<u>Amortização</u>						
Software	(8.447)	(5.474)	-	-	307	(13.614)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(19.632)	(18.174)	-	-	-	(37.806)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	(12.419)	(3.865)	-	-	-	(16.284)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(66.052)	(37.159)	293	-	-	(102.918)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(79.566)	(21.133)	-	-	-	(100.699)
Direito de concessão - Ágio CART	(871)	-	-	-	-	(871)
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	(197.281)	(54.257)	463	-	-	(251.075)
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	(332.568)	(40.099)	-	-	-	(372.667)
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	-	(16.821)	-	-	-	(16.821)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	-	(6.148)	-	-	(307)	(6.455)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(47.592)	(421.459)	-	-	-	(469.051)
Outros	(136)	-	-	-	-	(136)
	<u>(763.693)</u>	<u>(624.589)</u>	<u>756</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.387.526)</u>
Intangível líquido	<u>17.837.288</u>	<u>3.074.911</u>	<u>(140.345)</u>	<u>34.993</u>	<u>-</u>	<u>20.806.847</u>

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$153.787 (R\$36.769 em 31 de dezembro de 2013). Adicionalmente, a Companhia não possui ativos dados em garantia, assim como arrendamento financeiro.

- (a) Outorga CART - Com a assinatura do contrato de concessão, a controlada CART se comprometeu a desembolsar o valor de R\$634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa, já liquidado, e R\$5.957 referente ao ágio pago na aquisição do controle da CART. O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.
- (b) Investimentos - Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, os quais, são obrigações dos respectivos contratos de concessão.

- (c) Outorga GRU AIRPORT - Com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme orientação OCPC 05, que serão pagas em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano e serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil). Em 11 de julho de 2014 foi pago o total de R\$ 933.288 (R\$ 876.133 em 11 de julho de 2013).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, terá sua amortização de acordo com a evolução da curva de passagheiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

- (d) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada METRÔRIO (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038). Através do Sexto Aditivo o METRÔRIO e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Os investimentos são reconhecidos no Ativo intangível à medida em que são realizados.
- (e) Outorga METRÔRIO - Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018). O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e a “Outorga suplementar” é de R\$162.940, totalizando R\$394.136. O valor de R\$932.842 refere-se ao direito de concessão adquirido que foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

- Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada bem como, com o crescimento das receitas.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

- Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU AIRPORT, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores nacionais	199.610	243.940
Fornecedores internacionais	<u>123.607</u>	<u>42.412</u>
Total	<u>323.217</u>	<u>286.352</u>

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Empresa	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/12/2014	31/12/2013
CART	BNDES	Real	mar/21 a mar/25	TJLP e TRB*	2%	(b)	99.671	819.751	919.422	638.502
CART	Debêntures	Real	dez-24	IPCA	5,8% e 6,05%	(b)	10.623	840.400	851.023	798.375
CART	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(3.427)	(50.309)	(53.736)	(55.668)
CLN	BNB	Real	nov-17	-	10%	(b) e (d)	3.419	7.117	10.536	13.859
CLN	HSBC	Real	abr-16	CDI	2%	(d)	5.358	2.584	7.942	13.163
CLN	Conta garantida	Real	out-14	CDI	0,2% e 0,19%	(a)	-	-	-	5.169
CLN	BNB II	Real	dez-24	-	4%	(a)	4	35.610	35.614	-
CLN	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	(28)	(449)	(477)	(541)
GRU AIRPORT	BNDES	Real	dez-27	TJLP	2,88% e 3,40%	(b)	8.066	2.472.382	2.480.448	1.834.568
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(b)	44.724	600.000	644.724	-
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez-25	-	-	-	(790)	(8.662)	(9.452)	-
LAMSAC	Bonds	Novo sol	jun-37	Pré-fixado e VAC **	6,45% e 8,58%	(b) e (c)	-	1.048.680	1.048.680	986.576
LAMSAC	Empréstimo	Novo sol	jun-22	Pré-fixado	9%	(b) e (c)	-	5.679	5.679	5.360
LAMSAC	(-) Custo de captação	Novo sol	-	-	-	-	-	(46.637)	(46.637)	(51.347)
LAMSA	Debêntures	Real	mai-27	TR	10%	(d) e (e)	22.064	367.923	389.987	390.146
METRÓRIO	BNDES	Real	mai/15 a out/24	TJLP	1,72% e 2,02%	(b) e (d)	48.617	320.167	368.784	412.318
METRÓRIO	FINEP	Real	jan-18	Fixa	5,25% e 8,25%	(d)	3.227	6.664	9.891	13.098
METRÓRIO	Outros	USD	nov-16	CDI	3%	(a)	2.288	2.260	4.548	5.972
METRÓRIO	Conta garantida	Real	mar-14	CDI	1%	-	-	-	-	10.000
METRÓRIO	Prótransporte	Real	jun-34	TR	8%	(b) e (d)	5.018	241.512	246.530	243.262
METRÓRIO	Capital de giro	USD	mar-16	-	2%	(a)	-	98.410	98.410	-
METRÓRIO	Nota promissória	Real	mar-14	CDI	1%	(a)	-	-	-	171.268
METRÓRIO	Debêntures	Real	mar/14 a mai/16	CDI	1,45% e 112,1%	(a)	-	286.781	286.781	117.940
METRÓRIO	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	(1.732)	-	(1.732)	(1.143)
METROBARRA	Debêntures	Real	dez-15	CDI	2%	(d)	680.324	-	680.324	601.887
METROBARRA	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	(2.565)	-	(2.565)	(5.128)
INVEPAR (controladora)	Debêntures	Real	ago-16	CDI	124%	(b)	24.756	470.000	494.756	-
INVEPAR (controladora)	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	(1.075)	-	(1.075)	-
VIA 040	BNDES	Real	mar-16	TJLP	2%	(c)	-	518.287	518.287	-
VIA 040	FINAME - BNDES	Real	ago-24	-	6%	-	1.290	10.987	12.277	-
VIA 040	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	-	(8.669)	(8.669)	-
							<u>949.832</u>	<u>8.040.468</u>	<u>8.990.300</u>	<u>6.147.636</u>

(a) Sem Garantia.

(b) Garantia de Projeto (representado pelo i)

(c) Fiança Bancária.

(d) Fiança ou Aval do Acionista.

(e) Fiança de uma subsidiária da Companhia.

i Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.

(*) TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA

(**) VAC - Inflação no Peru

	<u>Total circulante</u>	<u>Total não circulante</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos	175.203	5.534.335	5.709.538	4.300.085
Debêntures	<u>774.629</u>	<u>2.506.133</u>	<u>3.280.762</u>	<u>1.847.551</u>
	<u>949.832</u>	<u>8.040.468</u>	<u>8.990.300</u>	<u>6.147.636</u>

Empresas	31/12/2013	Captação	Pagamento		Provisão	juros	Juros capitalizados	Custo de captação	Variação cambial e monetária	31/12/2014
			Principal	Juros						
INVEPAR	-	470.000	-	(29.780)	54.536	-	(1.075)	-	-	493.681
LAMSA	390.146	-	-	(38.961)	38.802	-	-	-	-	389.987
CLN	31.650	61.637	(39.571)	(4.125)	3.219	805	-	-	-	53.615
CART	1.381.210	330.977	(70.897)	(107.301)	113.519	-	1.931	67.270	1.716.709	
METRÔRIO	972.714	411.988	(380.686)	(100.000)	83.567	10.943	(589)	15.275	1.013.212	
METROBARRA	596.758	-	-	-	-	78.437	2.564	-	677.759	
LAMBRA	940.590	-	-	(39.744)	6.743	44.203	-	55.930	1.007.722	
GRU AIRPORT	1.834.568	1.724.342	(484.955)	(186.145)	170.674	66.690	(9.454)	-	3.115.720	
VIA040	-	524.026	-	-	251	6.287	(8.669)	-	521.895	
Total dívida	<u>6.147.636</u>	<u>3.522.970</u>	<u>(976.109)</u>	<u>(506.056)</u>	<u>471.311</u>	<u>207.365</u>	<u>(15.292)</u>	<u>138.475</u>	<u>8.990.300</u>	

Empresas	31/12/2012	Captação	Pagamento		Provisão	juros	Juros capitalizados	Custo de captação	Variação cambial e monetária	31/12/2013
			Principal	Juros						
LAMSA	389.669	-	-	(36.461)	36.938	-	-	-	-	390.146
CLN	32.528	-	(937)	(2.617)	2.676	-	-	-	-	31.650
CART	1.267.270	-	-	-	113.939	-	-	-	-	1.381.209
METRÔRIO	808.325	188.195	(45.787)	(47.523)	41.487	28.948	407	(1.337)	972.715	
METROBARRA	-	600.000	-	-	-	1.887	(5.129)	-	596.758	
LAMBRA	570.190	370.400	-	-	-	-	-	-	940.590	
GRU AIRPORT	450.603	2.583.000	(1.200.000)	(58.702)	7.376	52.291	-	-	1.834.568	
Total dívida	<u>3.518.585</u>	<u>3.741.595</u>	<u>(1.246.724)</u>	<u>(145.303)</u>	<u>202.416</u>	<u>83.126</u>	<u>(4.722)</u>	<u>(1.337)</u>	<u>6.147.636</u>	

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD	≥ 1,3	Anual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral*
		EBITDA/DFL	≥ 1,5	Trimestral*
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD	≥ 1,2	Semestral
		PL/AT	> 20%	Semestral
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
		BNDES	≥ 2	Anual
LAMSAC	Bonds/Loans	ICSD	≥ 1,25	Trimestral
		%D/(D+E)	≤ 70%	Trimestral

(*) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2014, as cláusulas restritivas foram atendidas.

Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2016	1.547.217
2017	349.717
2018	482.643
2019	490.317
2020	535.597
2021	577.487
2022	651.841
2023	687.360
2024	722.167
2025	434.990
2026	374.253
2027 em diante	1.186.879
	<u>8.040.468</u>

Custo de transação

<u>Empresa</u>	<u>Tipo de dívida</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Custo de emissão</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>31/12/2014</u> <u>Custo a amortizar</u>	<u>31/12/2013</u> <u>Custo a amortizar</u>
METRÓRIO	Empréstimos	mai/15 a jun/34	3.197	(1.465)	1.732	1.143
CART	Debêntures	dez/24	59.104	(5.368)	53.736	55.668
LAMSAC	Bonds	jun/37	51.347	(4.710)	46.637	51.347
VIA 040	Empréstimos	mar/16	10.426	(1.757)	8.669	-
INVEPAR	Debêntures	ago/16	1.623	(548)	1.075	-

Debêntures

Em 12 de fevereiro de 2014, foram emitidas 47.000 debêntures pela Invepar, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$470.000 (“Emissão”). Em 24 de fevereiro de 2014, foram integralizadas 30.000 debêntures, com valor nominal de R\$300.000, 8.000 debêntures no valor de R\$80.000 em 15 de maio de 2014 e 9.000 debêntures totalizando R\$90.000 em 5 de agosto de 2014.

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados, direta ou indiretamente, a aportes de capital, concessão de mútuos e/ou dívida subordinada e/ou adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) em empresas que direta ou indiretamente sejam detentoras de concessões de infraestrutura ou que detenham opção de compra de ações referentes a concessões de infraestrutura. As Debêntures farão jus a remuneração equivalente à 123,70% do CDI.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	<u>31/12/2013</u>	Constituição/ <u>atualização</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2014</u>
Outorga METRÔRIO (a)	51.892	759	(9.004)	43.647
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.898.303	1.218.614	(1.077.089)	12.039.828
Outorga CART (c)	349	4.088	(4.051)	386
Provisão investimento CLN (d)	18.306	-	(18.306)	-
Outorga LAMSAC (e)	<u>192.904</u>	<u>6.024</u>	<u>(198.928)</u>	<u>-</u>
Total	<u>12.161.754</u>	<u>1.229.485</u>	<u>(1.307.378)</u>	<u>12.083.861</u>
Circulante	1.364.036			1.180.013
Não circulante	10.797.718			10.903.848

- (a) Referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação no montante de R\$659 (R\$3.657 em 31 de dezembro de 2013), repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

O valor de R\$42.381 (R\$44.944 em 31 de dezembro de 2013), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$62.545 (R\$32.206 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2014, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e Estação General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (RIOTRILHOS) e Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

O valor de R\$607 (R\$3.291 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do METRÔRIO até janeiro de 2038.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia mantém a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

- (b) Conforme previsto no contrato, a Concessionária GRU AIRPORT se obriga a pagar a União a parcela anual da contribuição fixa, correspondente ao montante anual de R\$810.650; e a contribuição variável que corresponderá ao montante anual em reais resultante da aplicação de 10% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária.

A contribuição fixa paga anualmente será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de início de pagamento da contribuição. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária e suas eventuais subsidiárias integrais exceda o parâmetro descrito em contratos, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

- (c) A partir de 1º de julho de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta da CART foi reduzido de 3%, para 1,5%, conforme deliberação do Conselho Diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP).
- (d) Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura da CLN para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e mais conforto aos usuários. Em 20 de setembro de 2013 foi deliberada em reunião do Conselho de Administração a realização de investimentos no montante de R\$32.500 para duplicação da rodovia BA-099, no trecho compreendido entre Itacimirim/Praia do Forte e construção da ponte sobre o rio Pojuca, finalizada em junho de 2014.
- (e) Como parte das obrigações assumidas no contrato de concessão pela LAMSAC, a Companhia registrou o passivo referente ao compromisso de construir um corredor de ônibus, que após a conclusão da obra, será transferido ao poder concedente sem o recebimento de qualquer contraprestação.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversões/ pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	5.444	4.255	(792)	1.206	10.113
Cíveis	7.381	1.671	(1.083)	663	8.632
Tributária	1.168	-	(985)	-	183
Outros	-	368	-	-	368
Total	<u>13.993</u>	<u>6.294</u>	<u>(2.860)</u>	<u>1.869</u>	<u>19.296</u>

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversões/ pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas	4.888	691	(356)	221	5.444
Cíveis	6.234	959	(667)	855	7.381
Tributária	<u>1.168</u>	-	-	-	<u>1.168</u>
Total	<u>12.290</u>	<u>1.650</u>	<u>(1.023)</u>	<u>1.076</u>	<u>13.993</u>

a) Riscos trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário, metroviário e aeroportuário.

c) Riscos tributários

A controlada METRÔRIO efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias (“GFIP”) do período de 1º de janeiro a agosto de 1999.

d) Outros

As controladas METRÔRIO e GRU AIRPORT foram autuadas por autoridades administrativas fiscalizadoras nos montantes de R\$316 e R\$52, respectivamente.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são ré em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas	32.049	26.779
Cíveis	94.638	86.243
Tributárias	114.538	250
Ambiental	<u>107</u>	<u>162</u>
Total	<u>241.332</u>	<u>113.434</u>

A Controlada METRÔRIO possui como principais causas trabalhistas: sucessão, acidente de trabalho, periculosidade, horas extras, equiparação e reversão por justa causa; e como causas cíveis: sucessão, terceirização e superlotação.

A Controlada GRU AIRPORT possui como causas tributárias: Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e pela Secretaria da Receita Federal do Distrito Federal, relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

A controlada METRÔRIO possui os valores relacionados à depósitos judiciais para causas não consideradas de desembolso futuro provável, conforme discriminados abaixo.

Depósitos recursais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$22.855 em depósitos recursais (R\$29.025 em 31 de dezembro de 2013). Este montante é atualizado monetariamente.

Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ (Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro), nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de aproximadamente R\$19.338, sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$28.791 (R\$23.923 em 31 de dezembro de 2013).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$3.351.958, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais.

O capital social autorizado da Companhia é de R\$3.410.494.

As composições acionárias da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão assim constituída:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Construtora OAS S.A.	1	-	1	0,00
OAS Infraestrutura S.A.	35.764.280	69.117.380	104.881.660	24,44
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	<u>35.764.281</u>	<u>71.528.561</u>	<u>107.292.842</u>	<u>25,00</u>
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia obteve prejuízo acumulado que foi absorvido pelas reservas de lucros.

Em 31 de dezembro de 2013, foi destinado como dividendos mínimo obrigatório o montante de R\$22.842. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	96.175
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(4.809)</u>
Base para o dividendos mínimos obrigatórios	91.366
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.842

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 2013 foi constituído o montante de R\$4.809.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras				
Juros ativos	805	-	6.314	9.105
Juros sobre aplicações financeiras	8.139	24.300	112.989	94.306
Operações de Hedge	-	-	4.412	-
Juros sobre debêntures	9.072	-	9.072	8.113
Varição monetária ativa	1.535	1.136	7.739	2.752
Variações cambiais ativas	114	28	25.218	88.212
Outros	<u>3</u>	<u>831</u>	<u>1.431</u>	<u>1.323</u>
Total receitas financeiras	<u>19.668</u>	<u>26.295</u>	<u>167.175</u>	<u>203.811</u>
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(8.859)	(9.663)	(18.514)	(17.525)
Juros passivos	-	-	(308.106)	(99.728)
Varição monetária passiva	-	-	(93.915)	(60.682)
Variações cambiais passivas	(26)	(3)	(23.463)	(95.325)
Juros sobre debêntures	(54.536)	-	(214.809)	(97.902)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.109)	(2.154)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	(472.050)	(58.802)
Outros	<u>(96)</u>	<u>(1.325)</u>	<u>(3.354)</u>	<u>(3.830)</u>
Total despesas financeiras	<u>(63.517)</u>	<u>(10.991)</u>	<u>(1.135.320)</u>	<u>(435.948)</u>
Total resultado financeiro	<u>(43.849)</u>	<u>15.304</u>	<u>(968.145)</u>	<u>(232.137)</u>

(*) A Concessionária se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA. A atualização da outorga referente ao ano de 2014 totaliza R\$1.033.549 dos quais R\$561.499 foram capitalizadas ao intangível e R\$472.050 foram registradas como despesa financeira do exercício.

18. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas mantêm seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Vencimento	
INVEPAR(METRÓRIO/CART/GRU/CLN/LAMBRA/LAMSAC/LAMSA/GRUPAR/PEX/INSTITUTO INVEPAR/METROBARRA)	Responsabilidade civil - D&O	75.000	21/09/2014	21/09/2015	XL Seguros
INVEPAR (METRÓRIO /CART/LAMSA/CLN)	Riscos Operacionais	250.000	01/08/2014	01/08/2015	TOKIO
INVEPAR (METRÓRIO /CART/LAMSA/CLN)	Responsabilidade civil geral	75.000	01/08/2014	01/08/2015	ALLIANZ
INVEPAR	Automóvel Frota	TABELA FIPE	29/09/2014	29/09/2015	BB
METRÓRIO	Automóvel Frota	TABELA FIPE	31/12/2013	31/12/2014	RSA
METRÓRIO	Transporte nacional	4.000	12/02/2014	12/02/2015	RSA
METRÓRIO	Transporte internacional	US 3,000	13/02/2014	13/02/2015	RSA
LAMSA	Automóvel Frota	TABELA FIPE	29/09/2014	29/09/2015	BB
LAMSA	Garantia Concessão	18.160	18/12/2014	18/12/2015	AUSTRAL
CART	Garantia Concessão	76.577	16/03/2014	16/03/2015	AUSTRAL
CART	Garantia Concessão	121.729	16/03/2014	16/03/2015	AUSTRAL
CLN	Automóvel Frota	TABELA FIPE	18/11/2014	18/11/2015	ITAÚ
CLN	Automóvel Frota	TABELA FIPE	20/10/2014	20/10/2015	ITAÚ
CLN	Garantia Concessão	5.011	22/02/2014	23/02/2015	ACE
GRU AIRPORT	Equipamentos Móveis	DIVERSOS	25/03/2014	25/03/2015	ALLIANZ
GRU AIRPORT	Riscos Operacionais	1.400.000	24/05/2014	24/05/2015	TOKIO
GRU AIRPORT	Responsabilidade Civil Aeroportuário	1.118.100	24/05/2014	24/05/2015	MAPFRE
GRU AIRPORT	Garantia Concessão	956.328	03/06/2014	04/06/2015	BTG PACTUAL
GRU AIRPORT	Responsabilidade Civil Obras	50.000	28/09/2012	30/06/2016	ACE
GRU AIRPORT	Responsabilidade Civil Obras	500.000	11/04/2013	30/06/2016	ITAÚ
GRU AIRPORT	Riscos de Engenharia	1.170.000	28/09/2012	30/06/2017	ZURICH
VIA 040	Garantia de Execução	425.000	20/03/2014	20/03/2015	BANCO FATOR
VIA 040	Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Obras	1.000	19/03/2014	19/03/2015	TOKIO
VIA 040	Riscos Operacionais	30.000	19/03/2014	19/03/2015	TOKIO
VIA 040	Responsabilidade Civil Geral	30.000	19/03/2014	19/03/2015	TOKIO
CBN	Riscos Operacionais	30.000	17/08/2014	17/08/2015	ITAÚ
CBN	Responsabilidade Civil Geral	30.000	17/08/2014	17/08/2015	ALLIANZ
CBN	Garantia de Concessão	47.468	18/08/2014	18/08/2015	AUSTRAL
CBN	Automóvel Frota	TABELA FIPE	10/01/2014	10/01/2015	TOKIO
CBN	D&O	40.000	08/04/2014	08/04/2015	ITAÚ
CRA	Garantia de Concessão	27.054	04/12/2014	04/12/2015	BANCO FATOR
CRA	Responsabilidade Civil Geral	19.200	04/11/2014	04/11/2015	ALLIANZ
CRA	Riscos Operacionais	43.425	04/06/2014	04/06/2015	TOKIO
CRA	D&O	20.000	10/06/2014	10/06/2015	AIG
CRT	Riscos Operacionais	45.000	11/07/2014	11/07/2015	FAIRFAX
CRT	Automóvel Frota	TABELA FIPE	31/08/2014	31/08/2015	LIBERTY
CRT	Automóvel Frota	TABELA FIPE	21/03/2014	21/03/2015	SUL AMERICA
CRT	Automóvel Frota	TABELA FIPE	21/03/2014	21/03/2015	SUL AMERICA
CRT	Automóvel Frota	TABELA FIPE	31/01/2014	31/01/2015	TOKIO
CRT	Riscos de Engenharia	42.897	31/07/2012	31/12/2014	LIBERTY
CRT	Garantia de Execução	15.600	22/11/2014	22/11/2015	FATOR
CRT	D&O	20.000	15/02/2014	15/02/2015	AIG
CRT	Responsabilidade Civil Geral	7.000	12/08/2014	12/09/2015	AIG
VIARIO	D&O	20.000	21/10/2014	21/10/2015	ACE
VIARIO	Fiança Locatícia	216	20/08/2012	19/08/2015	PORTO SEGURO
VIARIO	MULTIRISCO	1.500	26/04/2014	26/04/2015	ACE
VIARIO	Responsabilidade Civil Geral	55.990	26/04/2014	26/04/2015	AIG
VIARIO	Garantia	82.865	25/04/2014	26/04/2015	ACE
VIARIO	Responsabilidade Civil Obras	20.000	14/11/2012	14/11/2016	ZURICH
VIARIO	Riscos de Engenharia	1.703.730	14/11/2012	14/11/2017	ZURICH
VLT	Risco Patrimonial	2.293.465	27/12/2014	12/07/2015	FAIRFAX
VLT	Responsabilidade Civil Geral	10.000	12/07/2014	12/07/2015	CHUBB
VLT	D&O	50.000	31/03/2014	31/03/2015	ZURICH
VLT	Riscos de Engenharia	1.402.800	10/10/2014	08/11/2016	ZURICH
VLT	Responsabilidade Civil Obras	50.000	10/10/2014	08/11/2016	FAIRFAX
VLT	Garantia de Execução	179.738	20/06/2013	22/06/2015	BTG PACTUAL

19. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor <u>justo</u>	Custo <u>amortizado</u>	Valor <u>justo</u>	Custo <u>amortizado</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	341.489	-	1.410.591	-
Aplicações financeiras	1.069.602	-	557.861	-
Contas a receber	-	278.125	-	215.632
Instrumentos financeiros derivativos	<u>16.627</u>	<u>-</u>	<u>5.124</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>1.427.718</u>	<u>278.125</u>	<u>1.973.576</u>	<u>215.632</u>
Passivos				
Fornecedores	-	323.217	-	269.609
Parte relacionada	-	4.653	-	20.644
Empréstimos e financiamentos e debêntures	8.990.300	-	6.147.636	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.381	-	-	-
Dividendos e JSCP propostos	-	24.119	-	37.530
Obrigações com Poderes Concedentes	<u>12.083.861</u>	<u>-</u>	<u>12.161.754</u>	<u>-</u>
Total do passivo	<u>21.076.542</u>	<u>351.989</u>	<u>18.309.390</u>	<u>327.783</u>

	Controladora			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	759	-	102.221	-
Aplicações financeiras	64.417	-	-	-
Parte relacionada	-	14.843	-	-
Dividendos e JSCP propostos	-	<u>50.810</u>	-	<u>24.903</u>
Total do ativo	<u>65.176</u>	<u>65.653</u>	<u>102.221</u>	<u>24.903</u>
Passivos				
Fornecedores	-	8.065	-	7.290
Parte relacionada	-	166	-	240
Empréstimos e financiamentos e debêntures	493.681	-	-	-
Dividendos e JSCP propostos	-	<u>22.842</u>	-	<u>22.842</u>
Total do passivo	<u>493.681</u>	<u>31.073</u>	-	<u>30.372</u>

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- *Empréstimos e financiamentos*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- *Concessão de serviço público*

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 5.

d) Risco de taxa de câmbio

O grupo gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política do grupo negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. O grupo mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados. Em 31 de dezembro de 2014, o METROBARRA e o METRÔRIO possuíam operações com instrumentos financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo:

*Em aberto*METROBARRA

31/12/2014

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	28/09/2015	2.893	Euro	3,62	(392)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	20/07/2015	2.373	Euro	3,54	(316)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	28/08/2015	993	Euro	3,59	(133)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	07/08/2015	403	Euro	3,57	(54)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	08/07/2015	403	Euro	3,53	(54)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	29/06/2015	249	Euro	3,52	(33)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	20/04/2015	218	Euro	3,45	(29)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	09/09/2015	202	Euro	3,60	(27)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	09/06/2015	202	Euro	3,50	(26)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	10/07/2015	236	Dólar	2,57	48
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	12/05/2015	236	Dólar	2,52	49
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	30/06/2015	13.933	Dólar	2,56	2.850
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	15/12/2015	1.918	Euro	3,63	(129)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	1.118	Euro	3,61	(72)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	134	Euro	3,62	(9)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	30/09/2015	236	Dólar	2,58	58
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	18/08/2015	13.933	Dólar	2,55	3.371
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	23/03/2015	406	Dólar	2,44	104
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	04/02/2015	406	Dólar	2,41	105
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	17/06/2015	609	Dólar	2,50	155
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	31/10/2013	12/01/2015	756	Dólar	2,47	142
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	31/10/2013	26/01/2015	9.289	Dólar	2,47	1.747
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	31/10/2013	02/03/2015	9.289	Dólar	2,49	1.759
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	19/02/2015	879	Euro	3,49	(207)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	09/03/2015	655	Euro	3,51	(153)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	04/04/2014	08/10/2015	336	Euro	3,58	(30)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	04/04/2014	03/11/2015	582	Euro	3,60	(51)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	04/04/2014	08/09/2015	540	Dólar	2,57	131
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	12/12/2014	29/05/2015	2.624	Euro	3,46	285
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	11/02/2015	236	Dólar	2,53	33
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	26/01/2015	218	Euro	3,47	(52)
NDF - Contrato de Compra de dólar futuro	Votorantim	04/04/2014	13/10/2015	2.559	Euro	3,58	(239)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	04/04/2014	01/09/2015	265	Dólar	2,57	64
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	04/04/2014	09/11/2015	336	Euro	3,61	(32)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	06/04/2015	406	Dólar	2,45	104
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	12/01/2015	406	Dólar	2,39	105
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	18/05/2015	609	Dólar	2,48	156
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	14/11/2014	31/03/2015	9.289	Dólar	2,70	64
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	18/11/2014	06/01/2015	168	Dólar	2,62	4
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	24/11/2014	05/05/2015	4.644	Dólar	2,66	314
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	24/11/2014	11/02/2015	11.611	Dólar	2,60	865
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	19/02/2015	206	Dólar	2,62	12
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	29/09/2015	705	Dólar	2,80	32
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	08/06/2015	897	Dólar	2,70	49
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	27/08/2015	2.782	Dólar	2,77	137
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	22/12/2014	05/05/2015	4.644	Dólar	2,78	(194)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	22/12/2014	05/01/2015	4.644	Dólar	2,68	(146)
							<u>10.361</u>
						Ativo circulante	12.742
						Passivo circulante	(2.381)

31/12/2013

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	27/10/2014	4.590	Dólar	2,43	403
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	05/03/2014	5.805	Dólar	2,30	560
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	17/11/2014	9.289	Dólar	2,44	809
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	22/12/2014	9.289	Dólar	2,46	791
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	29/09/2014	16.255	Dólar	2,41	1.458
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	01/10/2013	13/01/2014	11.611	Dólar	2,27	1.103
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	31/10/2013	12/01/2015	756	Dólar	2,46	71
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	31/10/2013	26/01/2015	9.289	Dólar	2,47	867
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	31/10/2013	02/03/2015	9.289	Dólar	2,49	863
							<u>6.925</u>
						Ativo circulante	5.124
						Ativo não circulante	1.801

METRÓRIO

31/12/2014

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	18/02/2015	1.100	Euro	3,14	119
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/12/2015	479	Euro	3,40	58
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/06/2015	1.050	Euro	3,23	122
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/09/2015	600	Euro	3,31	73
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/05/2015	1.340	Euro	3,21	155
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	15/07/2015	479	Euro	3,26	62
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	17/08/2015	839	Euro	3,29	111
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	19/08/2014	15/01/2015	300	Euro	3,12	33
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	19/08/2014	16/03/2015	240	Euro	3,16	27
							<u>760</u>
						Ativo circulante	760

31/12/2014

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	Citibank	12/03/2014	11/03/2016	85.000	Dólar	2,34	3.125
						Ativo circulante	3.125

*Liquidados*METROBARRA

31/12/2014

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/10/2013	27/10/2014	4.590	Dólar	2,43	233
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/10/2013	17/11/2014	9.289	Dólar	2,44	1.593
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/10/2013	22/12/2014	9.289	Dólar	2,46	1.719
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/10/2013	05/03/2014	5.805	Dólar	2,30	197
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/10/2013	29/09/2014	16.255	Dólar	2,43	301
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	13/11/2014	501	Dólar	2,48	38
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	15/12/2014	2.624	Euro	3,43	(332)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	24/03/2014	331	Dólar	2,34	(4)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	31/03/2014	4.630	Euro	3,21	(459)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	29/04/2014	264	Dólar	2,24	(32)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	19/05/2014	236	Dólar	2,21	(37)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	05/03/2014	14/05/2014	5.805	Dólar	2,21	(904)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	19/11/2014	168	Dólar	2,36	40
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	13/06/2014	265	Dólar	2,23	(7)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	02/06/2014	168	Dólar	2,24	(2)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	07/05/2014	09/06/2014	331	Dólar	2,24	1
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	14/05/2014	24/06/2014	11.611	Dólar	2,22	(232)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	23/06/2014	24/09/2014	11.611	Dólar	2,40	1.471
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	14/08/2014	30/09/2014	236	Dólar	2,45	35
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	26/09/2014	24/11/2014	16.255	Dólar	2,46	1.341
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/09/2014	15/10/2014	236	Dólar	2,47	(17)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	24/10/2014	02/12/2014	4.590	Dólar	2,48	376
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	13/01/2014	14/05/2014	5.805	Dólar	2,21	(1.253)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	13/01/2014	06/02/2014	5.805	Dólar	2,37	338
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	24/03/2014	08/04/2014	330	Dólar	2,23	(32)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	07/04/2014	22/04/2014	330	Dólar	2,25	6

31/12/2014

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	22/04/2014	07/05/2014	331	Dólar	2,23	(7)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	15/10/2014	210	Dólar	2,34	13
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	18/08/2014	252	Dólar	2,27	(8)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	04/12/2014	42	Dólar	2,37	8
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	14/11/2014	203	Dólar	2,36	43
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	05/06/2014	07/07/2014	168	Dólar	2,21	(6)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	13/06/2014	03/07/2014	265	Dólar	2,21	(7)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	01/10/2013	13/01/2014	11.611	Dólar	2,27	1.259
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	14/10/2014	30/10/2014	210	Dólar	2,41	4
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	13/11/2014	10/12/2014	203	Dólar	2,62	(4)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	15/08/2014	236	Dólar	2,27	(36)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	08/09/2014	265	Dólar	2,24	(52)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	21/07/2014	440	Euro	3,02	(123)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	30/06/2014	265	Dólar	2,20	(51)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	22/07/2014	01/09/2014	440	Euro	2,95	(31)
							<u>5.382</u>

f) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>≥ 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.094.895	6.298.569	1.596.836	8.990.300
Fornecedores	321.071	2.146	-	323.217
Concessão de serviço público	994.836	5.960.250	21.980.241	28.935.327

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

g.1) Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÓRIO	Equivalente de caixa	DI	33.291	4.042	3.031	2.021
METRÓRIO	Aplicações Financeiras	DI	82.169	9.975	7.481	4.988
CLN	Equivalente de caixa	DI	4.300	522	392	261
CLN	Aplicações Financeiras	DI	2.650	322	241	161
LAMSA	Equivalente de caixa	DI	2.434	295	222	148
CART	Equivalente de caixa	DI	1.626	197	148	99
CART	Aplicações Financeiras	DI	69.166	8.397	6.298	4.198

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
GRU AIRPORT	Equivalente de caixa	DI	232.110	28.178	21.134	14.089
GRU AIRPORT	Aplicações Financeiras	DI	45.745	5.553	4.165	2.777
GRUPAR	Aplicações Financeiras	DI	502	61	46	30
LAMSAC	Aplicações Financeiras	DI	58.879	7.148	5.361	3.574
LAMBRA	Aplicações Financeiras	DI	408	50	37	25
METROBARRA	Equivalente de caixa	DI	748	91	68	45
VIA 040	Equivalente de caixa	DI	226.748	27.527	20.645	13.764
INVEPAR (controladora)	Equivalente de caixa	DI	<u>89</u>	<u>11</u>	<u>8</u>	<u>5</u>
			760.864	92.369	69.277	46.184

Fundo Mover (a)

Certificados de Depósito Bancário CDB	DI	81.544	9.899	7.425	4.950
Letras financeiras do tesouro	SELIC	22.879	2.816	2.112	1.408
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	IPCA	5.457	371	278	186
Debêntures	DI	<u>473.456</u>	<u>57.478</u>	<u>43.108</u>	<u>28.739</u>
		583.336	70.565	52.923	35.282

g.2) Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÔRIO	BNDES	TJLP	368.784	22.127	27.659	33.191
METRÔRIO	FINEP	TJLP	9.891	593	742	890
METRÔRIO	Financiamento importação	Taxa Câmbio				
		R\$/US\$	4.548	12.080	15.100	18.121
METRÔRIO	Financiamento CAIXA	TR	246.530	3.772	4.715	5.658
METRÔRIO	Debênture	DI	286.781	34.815	43.519	52.223
METRÔRIO	CITIBANK	Taxa Câmbio				
		R\$/US\$	98.410	261.397	326.746	392.095
LAMSA	Debênture	TR	389.987	5.967	7.459	8.950
CLN	Financiamento	DI	7.942	964	1.205	1.446
CART	BNDES	TJLP e TRB*	919.422	55.165	68.957	82.748
CART	Debênture	IPCA	851.023	57.870	72.337	86.804
METROBARRA	Debênture	DI	680.324	82.591	103.239	123.887
GRU AIRPORT	Empréstimo	TJLP	2.480.448	148.827	186.034	223.240
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	644.724	43.841	54.802	65.762
GRU AIRPORT	Concessão serviço público	IPCA	12.039.828	772.749	965.936	1.159.123
VIA 040	Empréstimo	TJLP	530.564	31.834	39.792	47.751
INVEPAR (controladora)	Debêntures	CDI	<u>494.756</u>	<u>60.063</u>	<u>75.079</u>	<u>90.095</u>
			20.518.558	1.638.909	2.048.636	2.458.362

Referência para ativos e passivos financeiros

Selic (% ao ano)	12,31%	9,23%	6,16%
DI Ativo (% ao ano)	12,14%	9,11%	6,07%
DI Passivo (% ao ano)	12,14%	15,18%	18,21%
TR Ativo (% ao ano)	1,53%	1,15%	0,77%
TR Passivo (% ao ano)	1,53%	1,91%	2,30%
TJLP (% ao ano)	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa Câmbio (R\$/US\$)	R\$2,66	R\$3,32	R\$3,98
IPCA Ativo (% ao ano)	6,80%	5,10%	3,40%
IPCA Passivo (% ao ano)	6,80%	8,50%	10,20%

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.990.300	6.147.636
Obrigações com poderes concedentes	12.083.861	12.161.754
Caixa e equivalentes de caixa	(341.489)	(1.410.591)
Aplicações financeiras	<u>(1.069.602)</u>	<u>(557.861)</u>
Dívida líquida	19.663.070	16.340.938
Patrimônio líquido	<u>4.397.128</u>	<u>4.777.546</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>24.060.198</u>	<u>21.118.484</u>

i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

O valor justo dos ativos financeiros da Companhia foi determinado com base no Nível 2, acima definido.

20. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(87.610)	(175.245)	(262.855)	32.058	64.117	96.175
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>143.043</u>	<u>286.128</u>	<u>429.171</u>	<u>143.057</u>	<u>286.114</u>	<u>429.171</u>
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação (R\$)	<u>(0,612)</u>	<u>(0,612)</u>		<u>0,224</u>	<u>0,224</u>	

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(87.610)	(175.245)	(262.855)	32.058	64.117	96.175
(-) Efeito da diluição do participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	(950)	(1.900)	(2.850)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(88.560)	(177.146)	(265.705)	32.055	64.120	96.175
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>143.043</u>	<u>286.128</u>	<u>429.171</u>	<u>143.043</u>	<u>286.128</u>	<u>429.171</u>
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação (R\$)	<u>(0,619)</u>	<u>(0,619)</u>		<u>0,224</u>	<u>0,224</u>	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía instrumentos diluidores. A coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações. Em GRUPAR, a ACSA poderá aumentar sua participação de 10% para até 20% do capital. Conforme demonstrado no cálculo de diluição acima, há diferença entre o cálculo do resultado por ação básico e diluído.

21. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Receita de pedágio	799.400	679.823
Receita com venda de bilhetes	691.600	548.951
Receitas de aeronaves e passageiros	575.621	472.397
Receita com armazenagem e capatazia	295.779	294.719
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	923.427	664.420
Outras receitas	9.045	15.052
Impostos, deduções e cancelamentos	<u>(261.837)</u>	<u>(220.090)</u>
Receita de serviços	3.033.035	2.455.272
Receita de construção	<u>2.698.084</u>	<u>2.401.653</u>
Receita total	<u>5.731.119</u>	<u>4.856.925</u>

Custos e Despesas por natureza

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal e encargos	(578.497)	(501.144)
Conservação e manutenção	(220.857)	(174.662)
Comunicação, marketing e publicidade	(18.587)	(10.975)
Seguros e garantias	(16.228)	(13.803)
Serviços de terceiros	(46.483)	(48.764)
Veículos	(9.404)	(11.143)
Consultoria e assessoria	(92.070)	(77.767)
Aluguéis e impostos	(23.091)	(14.277)
Energia elétrica	(87.632)	(75.474)
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e riscos	(30.125)	(14.439)
Partes relacionadas	(392)	(5.053)
Provisão de manutenção	(28.181)	(12.911)
Outorga variável	(195.177)	(151.844)
Depreciação e amortização	(840.812)	(648.969)
Custo de construção	(2.649.933)	(2.347.675)
Outros	<u>(262.619)</u>	<u>(227.869)</u>
	<u>(5.100.088)</u>	<u>(4.336.769)</u>
Custo de serviços prestados	(1.818.175)	(1.466.044)
Despesas gerais e administrativas	(608.548)	(523.439)
Outras receitas e despesas	(23.432)	389
Custo de construção	<u>(2.649.933)</u>	<u>(2.347.675)</u>
	<u>(5.100.088)</u>	<u>(4.336.769)</u>

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aquisição de imobilizado ainda não liquidada financeiramente (fornecedores e partes relacionadas)	-	-	103.132	8.294
Aquisição de intangível ainda não liquidada financeiramente (fornecedores e partes relacionadas)	1.371	-	72.971	55.596
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	-	-	153.787	117.068
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados no ativo intangível	-	-	561.499	851.400
Provisão hedge	-	-	2.381	-
Variação cambial ágio	-	-	24.846	(4.119)
Margem de construção	-	-	<u>48.151</u>	<u>53.978</u>
Total de transações não caixa	<u>1.371</u>	<u>-</u>	<u>966.767</u>	<u>1.082.217</u>

23. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

METRÔRIO

A Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) Contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e
- (ii) Contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

CART

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- a) Investimentos: (i) duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; (ii) construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; (iii) construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e (iv) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.
- b) Outorga fixa e variável: pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário.
- c) Garantias: (i) garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. (ii) garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento.
- d) Recursos financeiros: obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

LAMSA

A Companhia possui os contratos vigentes que contabilizados na medida em que são prestados os serviços.

<u>Contratado</u>	<u>Serviço</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Data assinatura</u>	<u>Prazo vigência</u>
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	R\$146	10/11/2008	Indeterminado
Gap Rent a Car	Resgate com guinchos	R\$72	01/01/2013	60 meses
Arjo	Segurança	R\$123	31/03/2012	Indeterminado

A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

VIA 040

A VIA 040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da garantia de execução do contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A garantia de execução do contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da tarifa básica de pedágio.

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da VIA 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da VIA 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

24. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

A controlada METRÔRIO mantém um plano de benefício definido de aposentadoria para seus funcionários, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	(3.599)	(3.311)
2. Valor justo do ativo do plano	8.213	6.941
3. Situação financeira do plano	4.164	3.630
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	4.164	3.630
5. Passivo / (Ativo) líquido	-	-

Informações patrimoniais

1. Taxa nominal de desconto	10,95%	11,31%
2. Crescimento salarial médio	1,00%	1,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,50%	4,50%
4. Taxa de retorno dos investimentos	10,95%	11,31%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	AT 83

Estatísticas dos participantes

1. Ativos, aposentados, pensão por morte, invalidez permanente, Autopatrocinados e benefício proporcional diferido		
a. Quantidade	552	616
		17.56
b. Folha anual dos salários de participação	19.364	8
c. Salário de participação médio mensal	3.259	2.747
d. Idade Média (anos)	44	43
e. Tempo de serviço médio (anos)	13	12

Em abril de 2014 a controlada GRU AIRPORT tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 – Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro – Guarulhos - Capítulo XV – Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial. A controlada contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras

estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. A contratada realizou avaliação atuarial, para sua adoção inicial.

Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa

1. Obrigação de benefício definido	1.036
2. Valor justo do ativo do plano	1.855
3. Situação financeira do plano	(819)
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	819
5. Passivo / (Ativo) líquido	.

Principais premissas atuariais

Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido

1. Taxa nominal de desconto	12,04%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	7,61%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,50%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	0,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 basic

Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos

1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	19.5456
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	19.5456

Estatísticas dos participantes

1. Data base do cadastro	31/12/2014
2. Ativos e Autopatrocínados	
a. Quantidade	155
b. Folha anual dos salários de participação	9.018
c. Salário de participação médio anual	58
d. Idade Média (anos)	39,80
e. Tempo de serviço médio (anos)	1,40

O Pronunciamento Técnico CPC 33 determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Em 31 de dezembro de 2014 a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas demonstrações financeiras.

25. OUTROS EVENTOS

Em 14 de Outubro de 2014, foi proferida sentença julgando extinto o processo pelo acolhimento de ilegitimidade e prescrição do Processo Judicial nº 0009211-60.2013.4.03.6119 apresentada por José Eduardo Guinle e outros perante a 2ª Vara Federal de Guarulhos.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

INVEPAR

Em 16 de janeiro de 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Invepar a 1ª emissão de Notas Promissórias, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, remuneradas a 123,70% do CDI. A emissão, sob o regime de garantia firme de colocação, foi autorizada a ser composta por 25 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000, totalizando o valor nominal de até R\$250.000, com vencimento de até 360 dias contados da data de emissão. Foi também aprovada a prestação de garantias reais.

Em 30 de janeiro de 2015 foi subscrito e integralizado o valor nominal de R\$ 250.000. Os recursos obtidos por meio da emissão serão destinados direta ou indiretamente à realização de investimentos em empresas nas quais a Invepar possui participação acionária.

LAMBRA

Em 3 de fevereiro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$52.000, mediante a emissão de 37.382.126 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

CART

Em 25 de fevereiro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada CART no valor de R\$45.000, mediante a emissão de 57.293.797 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

METROBARRA

Chegada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2015 no Rio de Janeiro de trens do contrato de fornecimento da CNR CHANGCHUN RAILWAY VEHICLES. Os trens estão em fase de testes e comissionamento.

VIA 040

Em 06 de março de 2015 foi integralizado o restante do Capital Social da Via 040 pelo acionista INVEPAR, no valor de R\$ 80.000, nos termos do boletim de subscrição firmado em 31 de janeiro de 2014. Desta forma o Capital Social da Companhia, a partir desta data, está totalmente integralizado não havendo mais saldo a integralizar.

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº. 03.758.318/0001-24
NIRE Nº. 33.3.002.6.520-1**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 26 de março de 2015, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório, sem ressalvas, emitido pelos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da INVEPAR e, assim, opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que os examinará.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015.

Antonio Sergio Riede
Presidente

Letícia Torres Rosina
Secretária

Luiz Antonio dos Santos

Antonio Luiz Fermino

Rodrigo Pinheiro Andrade

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	101
2. A INVEPAR.....	101
2.1. DESTAQUES DO ANO	103
3. CONTEXTO SETORIAL.....	106
3.1. RODOVIAS	106
3.2. MOBILIDADE URBANA	106
3.3. AEROPORTOS	106
4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	107
4.1. RODOVIAS	107
4.2. MOBILIDADE URBANA	107
4.3. AEROPORTOS	108
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)	108
5.1. RECEITA OPERACIONAL	108
5.2. CUSTOS E DESPESAS	109
5.3. EBITDA E MARGEM EBITDA.....	110
5.4. RESULTADO FINANCEIRO	111
5.5. RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	111
5.6. DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO	111
5.7. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	112
6. GESTÃO E ESTRATÉGIA	113
6.1. ESTRATÉGIA.....	113
6.2. ÉTICA E TRANSPARÊNCIA	114
6.3. RECURSOS HUMANOS	114
6.4. FERRAMENTAS DE GESTÃO	114
6.5. GOVERNANÇA CORPORATIVA	115
6.6. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA.....	116
6.7. INSTITUTO INVEPAR	117
6.8. GESTÃO DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA.....	117
6.9. PERSPECTIVAS	118
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
7.1. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS.....	118
7.2. EVENTOS SUBSEQUENTES	118
7.3. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES.....	119
7.4. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	119
7.5. AGRADECIMENTOS.....	119

1. APRESENTAÇÃO

Senhores acionistas, a Administração da Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhado do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

A Invepar apresenta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano de 2014 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao exercício de 2013 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

2. A INVEPAR

A Invepar é um grupo fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil¹ e seu portfólio atual é composto por doze concessões distribuídas em seus três segmentos de atuação.

Em 2014, a Invepar, por meio de suas concessões, administrou 1.975 quilômetros de rodovias. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), a Concessionária BR 040 S.A. (“Via 040”) e Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSA”), em Lima, no Peru, esta sendo a primeira concessão internacional do grupo. No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport”) e tem como sócios a Airports Company South Africa (“ACSA”) e a Infraero. GRU Airport consolidou-se como o maior aeroporto da América Latina em volume de passageiros, tendo movimentado cerca de 40 milhões de passageiros em 2014. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio”) e a Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), ambas na cidade do Rio de Janeiro. Com 8.014 funcionários próprios e comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010.

Além das doze concessões mencionadas, a Invepar detém outras três empresas:

- PEX S.A. (“PEX” ou “Passe Expresso”), empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, em cinco concessões do grupo Invepar - LAMSA, CBN, CLN,

¹ <http://www.invepar.com.br/releases/409/invepar-fica-em-82o-lugar-entre-250-maiores-do-pais-em-ranking-da-epoca-negocios-360o.html#.VPS-DuF-aTM>
<http://www.invepar.com.br/releases/399/valor-1000-invepar-ocupa-97o-lugar-entre-as-mil-maiores-empresas-do-pais.html#.VPS-NOF-aTM>
<http://www.invepar.com.br/releases/384/invepar-esta-entre-os-100-maiores-grupos-empresariais-do-brasil.html#.VPS-SOF-aTM>

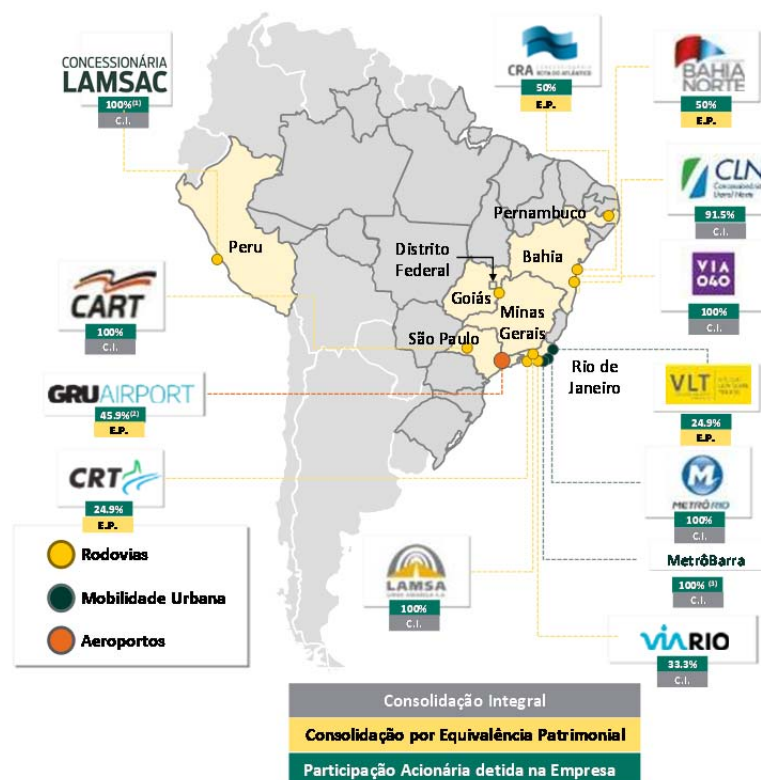
Relatório da Administração 2014

CRA e CRT – e também na Rota dos Coqueiros (PE), Via Lagos, Ponte Rio-Niterói e Shopping Via Parque.

- MetrôBarra S.A. (“MetrôBarra”), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que serão utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro, com entrada em operação prevista para o primeiro semestre de 2016. A construção é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração da Linha 4. A Invepar, por meio da MetrôBarra, assinou um contrato de opção de compra das ações da Concessionária Rio Barra, a ser exercido em 2016, após as condições precedentes serem cumpridas.
- PEX Peru S.A.C. (“PEX Peru”), empresa pré-operacional que prestará serviços de cobrança automática de pedágios na Concessionária LAMSAC.

A Invepar consolida integralmente as empresas sobre as quais exerce controle.

Empresas consolidadas integralmente: CART, CLN, GRUPar, GRU Airport, LAMSA, LAMSAC, LAMBRA, MetrôBarra, MetrôRio, PEX e Via 040. As demais empresas onde há controle em conjunto com um ou mais acionistas são consolidadas pelo o método da equivalência patrimonial (CRT, CBN, CRA, VLT Carioca e ViaRio).



¹ Invepar detém 100% da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. (LAMBRA) que detém 100% da concessionária Linea Amarilla S.A.C. (LAMSAC), que opera a Concessionária LAMSAC.

² Invepar detém 90% de GRUPar (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.), que detém 51% de GRU Airport (Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.).

³ Através da MetrôBarra, a Invepar tem a opção de comprar 100% das ações da Concessionária Rio Barra SA, que detém os direitos de construir, operar e manter a Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro. O processo de aquisição depende de condições precedentes e está prevista para ocorrer em 2016. Até então, a MetrôBarra (100% subsidiária da Invepar) fornecerá material rodante e sistemas para a Linha 4.

⁴ A PEX e PEX Peru são empresas criadas para prestação de serviços de cobrança automática de pedágio. As duas são consolidadas integralmente no balanço da Invepar.

2.1. DESTAQUES DO ANO

O ano de 2014 para a Invepar foi marcado por importantes entregas em seus três segmentos de atuação, expansão dos negócios e evolução de seu modelo de gestão.

A inauguração em maio do Terminal de Passageiros 3 (TPS3) foi a maior conquista em 2014. Com 192 mil m², área maior que as dos Terminais 1, 2 e 4 somadas, o TPS 3 possui capacidade inicial para 12 milhões de passageiros por ano, dedicado para voos internacionais, além de uma infraestrutura que dispõe de: terminal de ônibus, esteiras de locomoção entre os terminais, área de varejo com lojas de grifes nacionais e internacionais e restaurantes. Junto com o Terminal, outra importante conquista foi o início da operação e os investimentos em duplicação da Via 040, concessionária responsável pela gestão dos 936,8 quilômetros da BR-040 entre Brasília (DF) e Juiz de Fora (MG), onde motoristas e passageiros já têm à disposição socorro mecânico, atendimento médico de emergência, inspeção de tráfego, sistema de combate a incêndios e apreensão de animais. Também foram abertos 21 postos de atendimento instalados, em média, a cada 45 quilômetros do trecho sob concessão. Além das duas grandes conquistas, 2014 foi o ano de início do auferimento de receitas da CRA e a assinatura do aditivo contratual na CBN para operação e manutenção da Via Metropolitana Camaçari-Lauro de Freitas.

No âmbito corporativo, a Invepar teve seu rating, em escala nacional, elevado pela S&P em novembro na escala Nacional Brasil para “brAA-” com perspectiva estável. No âmbito operacional, o segmento de mobilidade urbana também se destacou com a inauguração no MetrôRio da estação Uruguai em março e o início das obras de Infraestrutura de via permanente para diversos sub-trechos além da construção do CIOM – Centro Integrado de Operação e Manutenção do VLT Carioca. No segmento de aeroportos, a inauguração em maio do Terminal de passageiros 3 foi fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas para GRU Airport e melhor qualidade na prestação de serviços. Destaque também para o início do projeto de modernização (retrofit) dos Terminais 1 e 2. O projeto tem o objetivo de ampliar a eficiência operacional, melhorar o conforto dos passageiros, além de adequar o mix comercial, com mais opções de lojas e restaurantes.

No segmento de rodovias deu-se início à geração de receitas na CRA, ocorreu a assinatura do aditivo contratual da CBN para a construção, operação e manutenção da Via Metropolitana Camaçari-Lauro de Freitas, iniciou-se a operação e os investimentos em duplicação da Via 040 e foi assinada a Ata de Acordo nº 03 – Trato Direto pela LAMSAC e a *Municipalidad Metropolitana de Lima* (“MML”), mediante a qual as partes formalizaram as premissas para dar solução às controvérsias referentes ao equilíbrio do contrato. As concessões brasileiras do grupo, em especial GRU Airport, MetrôRio, LAMSA e CRT, tiveram envolvimento direto com a Copa do Mundo, que teve início no dia 12 de junho e término em 13 de julho. GRU Airport criou uma área específica para receber 14 delegações, além de um *fun zone* para os passageiros. O MetrôRio foi o principal meio de transporte dos torcedores para os jogos do Maracanã e *fan fests* organizadas na cidade. A excelência operacional do MetrôRio foi destaque em 2014, recebendo o reconhecimento de autoridades e da imprensa – em enquete realizada por emissora de televisão nacional com turistas sobre os quesitos: belezas naturais, hospitalidade, metrô, táxi, ônibus, informações turísticas, serviços, aeroportos e limpeza, o MetrôRio ficou em segundo lugar como quesito melhor avaliado da cidade, juntamente com o quesito hospitalidade, atrás apenas das belezas naturais. O centro de treinamento da seleção brasileira fica localizado na Granja Comary, em Teresópolis, cujo acesso é feito pela CRT.

A seguir os destaques em detalhe:

Relatório da Administração 2014

Elevação de ratings pela S&P

- Em novembro, a S&P reafirmou os ratings “BB” na escala global da Invepar e elevou seu rating na escala Nacional Brasil para “brAA-” com perspectiva estável. A S&P também elevou os ratings de Crédito Corporativo e de Emissão da CART de “brA+” para “brAA-”, na escala Nacional Brasil.

Rodovias

Início da operação e investimentos em duplicação da Via 040

- No dia 12 de março, foi assinado o Contrato de Concessão, que tem prazo de 30 anos e pode ser prorrogado por igual período;
- Em outubro, a Via 040 iniciou as atividades de operação da rodovia e atendimento ao usuário, disponibilizando socorro mecânico, atendimento médico de emergência, inspeção de tráfego, sistema de combate a incêndios e apreensão de animais. Foram abertos 21 postos de atendimento, além da disponibilização de um aplicativo mobile para os usuários.

Reclassificação tarifária da CART

- Em novembro, conforme previsto no contrato de concessão, houve a reclassificação tarifária (com aumento real de tarifa) em 5 praças de pedágio da CART, em função de duplicações realizadas.

Início de auferimento de receitas da CRA

- No dia 04 de janeiro, teve início a cobrança de pedágio da CRA, no complexo viário de Suape.

Concessionária LAMSAC

- Segue a construção do túnel de 2 km sob o rio Rímac e dos 12 viadutos projetados. Está previsto para o primeiro semestre de 2015 o término de quatro viadutos e os oito restantes para o segundo semestre de 2015. A previsão de término do túnel também é para o segundo semestre de 2015.
- A LAMSAC ultrapassou a marca de 1.000 famílias reassentadas (de um total de 1.300) e concluiu a construção da passarela Ramiro Prialé.
- Assinatura da Ata de Acordo nº 03 – Trato Direto pela LAMSAC e a MML mediante a qual as partes formalizaram as premissas para dar solução às controvérsias referentes ao equilíbrio do contrato (adiamento da fruição de receita, maiores custos de desapropriação, maiores custos para execução das obras e ampliação de prazo).

Criação da PEX Peru

- Em outubro, foi criada a PEX Peru, empresa de pagamento automático de pedágio, que será responsável pelo serviço na LAMSAC.

Construção e operação do Contorno de Lauro de Freitas pela CBN

- Em setembro, foi assinado o aditivo contratual da CBN para a construção, operação e manutenção de uma praça de pedágio e 11 km de extensão da Via Expressa de Lauro de Freitas, com contrapartidas tarifárias e a extensão do prazo da concessão em 5 anos, passando o término para 2040.

Relatório da Administração 2014

Mobilidade Urbana

Início das obras de Infraestrutura de via permanente para diversos sub-trechos do VLT Carioca

- Parte da Av. Rio Branco, uma das principais avenidas do centro do Rio de Janeiro, foi interditada para as obras do VLT Carioca. Trabalhos de escavação da calha do VLT, prospecção de interferências e prospecção arqueológica estão sendo realizados. O material rodante está em fase de fabricação, aparelhamento e testes.

Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro

- Embarque de Chanchung – China, para o Rio de Janeiro o 1º dos 15 trens para a Linha 4 do metrô.

MetrôRio

- Inauguração da estação Uruguai em março. Investimento realizado pelo MetrôRio conforme 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Localizada no bairro da Tijuca, é a 36ª estação do metrô do Rio de Janeiro, adicionando 1,1km de extensão na Linha 1. A estação tem mais de 7 mil m² de área construída, contando com 5 pontos de acesso e cerca de 36 mil passageiros por dia útil.

Aeroportos

GRU Airport

- No prazo estabelecido em contrato, maio de 2014, foi inaugurado o Terminal de Passageiros 3 (TPS 3). Com 192 mil m², área maior que as dos Terminais 1, 2 e 4 somadas, o TPS 3 possui capacidade inicial para 12 milhões de passageiros por ano, dedicado para voos internacionais, além de uma infraestrutura que dispõe de: terminal de ônibus, esteiras de locomoção entre os terminais, área de varejo com lojas de grifes nacionais e internacionais e restaurantes.
- Iniciou-se um plano de investimentos focado na melhoria da segurança, qualidade na prestação de serviços, aumento de capacidade e produtividade do aeroporto.
- Início do projeto de modernização (retrofit) dos Terminais 1 e 2. Tem o objetivo de ampliar a eficiência operacional, melhorar o conforto ao usuário, além de adequar o *mix* comercial, com mais opções de lojas de varejo e alimentação. Além disso, estão previstos obras de melhoria das pistas e pátios, assim como a construção do segundo edifício garagem, com capacidade para cerca de 2.500 vagas.
- No setor de exportação do TECA, foi concluído o projeto piloto para implantação do e-AWB (Conhecimento Eletrônico de Carga Aérea), cujo objetivo principal é a substituição de documentos físicos por arquivos eletrônicos. Parte de um programa global da IATA e em operação em grandes aeroportos do mundo, o sistema e-AWB dará mais agilidade às exportações brasileiras, uma vez que desobriga a tramitação de cópias físicas do Conhecimento Aéreo, por meio da troca eletrônica dos dados entre os elos da cadeia logística.
- No TECA, duas novas câmaras frias foram inauguradas: a primeira em março, para a exportação com 220m²/1.694m³ e a segunda em agosto para importação com 2.200m²/16.940m³. Com este aumento, as câmaras totalizam 3.629m²/26.014m³ de área climatizada.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1. RODOVIAS

De acordo com a ABCR (Associação Brasileira de Concessões de Rodovias), o tráfego nas rodovias brasileiras concedidas à iniciativa privada cresceu 2,4%, com aumento de 4,2% no movimento de veículos leves e queda de 2,6% no fluxo de veículos pesados.

O fluxo de veículos leves, influenciado pelas baixas taxas de desemprego e pela expansão do rendimento médio real, manteve o índice positivo em 2014. Por outro lado o movimento de veículos pesados foi impactado pela Copa do Mundo e por uma desaceleração no crescimento da produção industrial

3.2. MOBILIDADE URBANA

Um dos grandes desafios nos maiores centros urbanos brasileiros é oferecer às populações um transporte público eficiente e confortável. Em junho de 2013, o governo federal estabeleceu os critérios do Pacto da Mobilidade Urbana, para reforçar os investimentos no setor, sempre em parceria com estados e municípios, para oferecer maior qualidade ao transporte público e desafogar o trânsito nas cidades, dando mais qualidade de vida às pessoas. A primeira fase do Pacto beneficiava as grandes capitais e regiões metropolitanas do País. Em abril de 2014, o Pacto entrou na sua segunda fase, estabelecendo recursos para projetos de municípios (entre eles algumas capitais) com populações entre 400 mil e 700 mil habitantes.

A maior utilização do metrô e VLT nos deslocamentos cotidianos é uma alternativa mais eficiente, rápida e ambientalmente mais responsável. A população, mais do que nunca, exige soluções de longo prazo para suas necessidades de mobilidade e esse tema deve continuar na agenda política nos próximos anos, demandando investimentos elevados e aproximando as diferentes esferas de governo com o setor privado. As concessões ou parcerias público-privadas (PPPs) apresentam vantagens significativas quando comparadas aos investimentos exclusivamente públicos: (i) possibilidade que o setor privado introduza soluções inovadoras; (ii) exploração de economias de escopo na realização das diversas atividades e (iii) como o ente privado continuará a operar e manter a infraestrutura por muitos anos, o projeto terá incentivos para ser melhor estruturado e executado nas suas fases iniciais de investimento.

3.3. AEROPORTOS

Segundo os dados estatísticos da ANAC, em 2014 houve um crescimento do mercado de brasileiro de transporte aéreo doméstico e internacional de 5,8% e 4,9%, respectivamente, quando comparado com os números de 2013. O recente ciclo de investimento no setor, entre 2011 e 2014, apenas nos aeroportos que atendem capitais, ultrapassa o montante de R\$13 bilhões² já aplicados no desenvolvimento da infraestrutura. Como resultado a expansão em áreas de terminais foi de 47%, atingindo 1,7 milhão de m². Os investimentos refletem ainda o aumento de disponibilidade de pátios, vagas de estacionamento e criação de novos serviços para melhoria do atendimento aos passageiros e elevação da qualidade associada.

Em linhas gerais, a capacidade anual de processamento de passageiros saltou mais de 37% nesse período, atingindo 295 milhões. Especificamente, nos aeroportos concedidos, o aumento da

² Fonte: ANAC.

Relatório da Administração 2014

capacidade de movimentação nominal, em dezembro de 2014, atingiu 76% de crescimento. Esses números são essenciais para suportar o cenário de expansão no setor³.

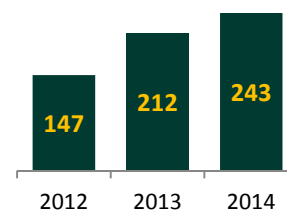
Analisando por uma perspectiva global, o *Global Market Forecast (GMF)*, as companhias aéreas da América Latina terão uma demanda de 2.120 novas aeronaves, de 2012 até 2031, em um valor estimado de US\$ 242 bilhões. Em termos mundiais, até 2031, haverá a necessidade de cerca de 28.200 novas aeronaves, no valor de US\$ 4 trilhões, para atender a demanda projetada do mercado global.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. RODOVIAS

O tráfego consolidado em 2014 ultrapassou 243 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEP), um crescimento de 14,6% em relação ao ano anterior, influenciado principalmente pelo: (i) início da cobrança de pedágio da CRA (adicionando 8,6 milhões de VEPs); e (ii) aumento do tráfego da LAMSAC, CBN e CART (+27,0%, 9,9% e 4,9%, respectivamente).

Indicadores Operacionais		2014	2013	▲
Rodovias (MM)				
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs		243,3	212,2	14,6%
LAMSAC – via urbana		51,8	51,1	1,3%
CLN – via turística e urbana		7,9	7,5	6,2%
CART – corredor de carga que interliga 30 municípios		54,1	51,6	4,9%
CRT – via turística		16,9	15,9	6,0%
CBN – via de acesso ao polo industrial de Camaçari		34,7	31,6	9,9%
LAMSAC – via urbana		69,3	54,5	27,0%
CRA – via de acesso ao porto de Suape		8,6	-	n.m.



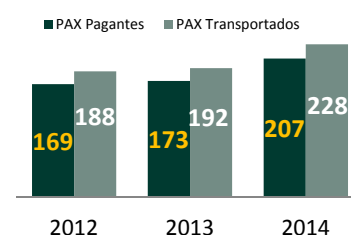
n.m.: não mensurável.

Nota: As concessões ViaRio e Via 040 estão em estágio pré-operacional.

4.2. MOBILIDADE URBANA

O MetrôRio transportou 228,2 milhões de passageiros em 2014, um crescimento de 18,6% em relação a 2013. Esse aumento deveu-se, principalmente, à: (i) inauguração da Estação Uruguai em 15 de março de 2014; (ii) a reabertura da Estação General Osório que permaneceu fechada entre fevereiro de 2013 e dezembro de 2013 devido às obras da Linha 4; e (iii) mudanças viárias no centro da cidade do Rio de Janeiro, que desestimularam a circulação e estacionamento de veículos particulares na região. Além disso, em novembro, houve a interdição de parte da Av. Rio Branco, uma das principais avenidas do centro do Rio de Janeiro, para as obras do VLT Carioca.

Indicadores Operacionais		2014	2013	▲
Mobilidade Urbana (MM)				
PAX Transportados		228,2	192,5	18,6%
PAX Pagantes		207,0	173,4	19,4%



³ Fonte: <http://www.aviacaocivil.gov.br/noticias/2015/01/passageiros-voam-mais-e-melhor-no-brasil>

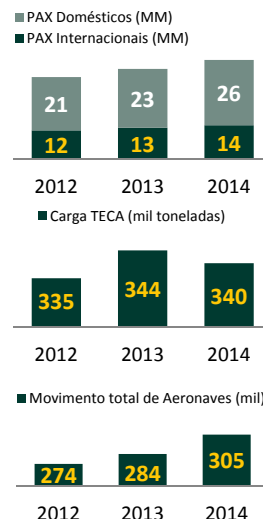
Relatório da Administração 2014

4.3. AEROPORTOS

Com a entrega do TPS 3 em GRU Airport, novas companhias aéreas e novos destinos passaram a ser operados no aeroporto e novas frequências em rotas já existentes também foram criadas. Com isso, o GRU Airport recebeu 9,9% a mais de passageiros no ano de 2014 quando comparado com 2013 (39,5 milhões de passageiros em 2014 frente a 36 milhões registrados em 2013). Houve também um acréscimo de 7,2% nas movimentações de aeronaves na comparação dos anos de 2014 com 2013.

Além disso, o aumento de área útil proporcionou um crescimento de 69,4% no número de estabelecimentos comerciais no complexo aeroportuário. A seguir, os principais dados operacionais:

Indicadores Operacionais	2014	2013	▲
Aeroportos			
PAX Total (MM)	39,5	36,0	9,9%
PAX Internacionais (MM)	13,5	12,5	8,4%
PAX Domésticos (MM)	26,0	23,4	10,7%
Movimento Total de Aeronaves – MTA (mil)	304,6	284,2	7,2%
Volume de Cargas – TECA (mil toneladas) ⁴	339,8	343,8	-1,2%
Companhias Aéreas ⁵	50	45	11,1%
Vagas de Estacionamento ⁶	8.345	8.005	4,2%
Estabelecimentos Comerciais ⁷	244	144	69,4%



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

5.1. RECEITA OPERACIONAL

R\$ MM	2014	2013	▲
Receita Líquida Ajustada¹	3.033,0	2.455,3	23,5%
Receita de Rodovias	754,6	642,2	17,5%
Receita de Mobilidade Urbana	702,2	551,7	27,3%
Receita de Aeroportos	1.576,3	1.261,4	25,0%

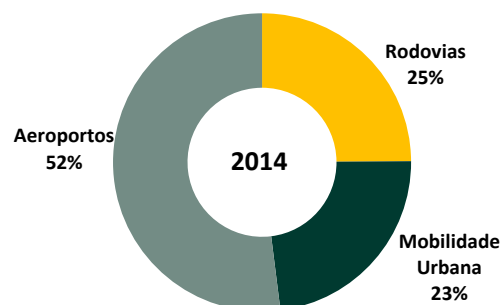


¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada (ROL Ajustada) superou R\$ 3,0 bilhões em 2014, um crescimento de R\$ 578 milhões ou 23,5% em relação ao exercício anterior. Os principais impactos em cada segmento foram:

Rodovias: o crescimento de R\$ 112,4 milhões em relação a 2013 ocorreu, principalmente, pelo início da operação completa de 2014 na LAMSAC (em 2013 a cobrança foi iniciada em 10 de

Composição da Receita Líquida Ajustada



⁴ Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)

⁵ Posição estática de dezembro de cada ano, considera apenas as companhias aéreas que realizam voos regulares

⁶ Incluindo vagas para motocicletas

⁷ Não considerados bancos, ATM, Vending Machines, Secure Bags e Casas de Câmbio.

Relatório da Administração 2014

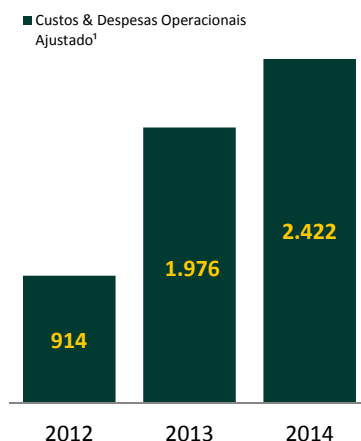
fevereiro) e pelo incremento de 14% no tráfego das rodovias do grupo.

Mobilidade Urbana: o crescimento de R\$ 150,5 milhões em relação ao período anterior ocorreu principalmente devido ao aumento no volume de passageiros pagantes do MetrôRio.

Aeroportos: o crescimento de R\$ 314,9 milhões de receita em relação a 2013 ocorreu, principalmente, com a inauguração do Terminal 3. Além do crescimento orgânico dos outros terminais, a inauguração gerou um aumento do número de voos e passageiros que resultou em um aumento das receitas tarifárias e não tarifárias. Estas também foram impulsionadas pelas novas áreas comerciais inauguradas no TP3, com mais de cem novas lojas, praças de alimentação e maior número de vagas de estacionamento.

5.2. CUSTOS E DESPESAS

R\$ MM	2014	2013	▲
Custos & Despesas Operacionais	(5.100,1)	(4.336,8)	17,6%
Pessoal	(572,2)	(501,1)	14,2%
Conservação & Manutenção	(219,7)	(174,7)	25,8%
Operacionais	(314,0)	(287,8)	9,1%
Outorga Variável	(195,2)	(151,8)	28,5%
Despesas Administrativas	(281,5)	(209,3)	34,5%
Custo de Construção (IFRS)	(2.649,9)	(2.347,7)	12,9%
Provisão para Manutenção (IFRS)	(28,0)	(12,9)	116,9%
Depreciação & Amortização	(839,6)	(651,4)	28,9%
Custos & Despesas Operacionais Ajustado¹	(2.422,2)	(1.976,2)	22,6%



¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Em 2014, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram aproximadamente R\$ 5,1 bilhões. Incluído neste valor, estão R\$ 2,6 bilhões de custo de construção e R\$ 28,0 milhões de provisão para manutenção, ambos relacionados exclusivamente às práticas do IFRS. Para efeito de análise, os Custos e Despesas Operacionais Ajustados não contemplam estes valores. Em relação ao ano anterior, o aumento de R\$ 446,0 milhões em Custos e Despesas Operacionais Ajustados tem como justificativas por segmento:

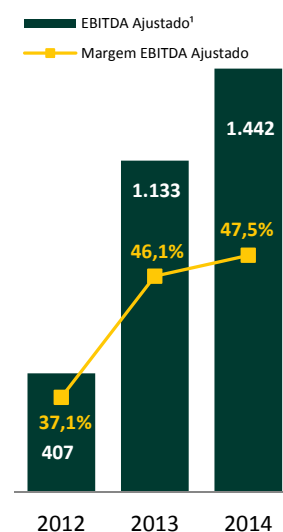
Rodovias: aumento de R\$ 126,9 milhões em relação ao ano anterior, principalmente relacionado à implantação da Via 040;

Mobilidade Urbana: aumento de R\$ 74,4 milhões, basicamente relacionados ao MetrôRio por conta de despesas não recorrentes ligadas ao evento da Copa do Mundo, maior disponibilidade da frota com a implantação do sistema de “carro extra” na linha 2 e a apropriação dos custos da depreciação & amortização dos investimentos realizados ao longo do período;

Aeroportos: aumento de R\$ 237,4 milhões devido à inauguração do Terminal 3 do GRU Airport, maior depreciação & amortização decorrentes e ao maior custo de outorga variável relacionada ao aumento de receita.

5.3. EBITDA E MARGEM EBITDA

R\$ MM	2014	2013	▲
Equivalência Patrimonial	(8,5)	2,6	-421,3%
EBIT	622,5	522,8	19,1%
(+) Depreciação & Amortização	839,6	651,4	28,9%
EBITDA¹	1.462,2	1.174,2	24,5%
Ajustes	(20,2)	(41,1)	-50,9%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(2.698,1)	(2.401,7)	12,3%
(+) Custo de Construção (IFRS)	2.649,9	2.347,7	12,9%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	28,0	12,9	116,9%
EBITDA Ajustado²	1.442,0	1.133,1	27,3%
Receita Líquida Ajustada²	3.033,0	2.455,3	23,5%
Margem EBITDA (%) Ajustada²	47,5%	46,1%	1,4p.p.



¹ Instrução CVM Nº527/12;

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

R\$ MM	2014	2013	▲
EBITDA Ajustado¹	1.442,0	1.133,1	27,3%
Rodovias	383,2	376,4	1,8%
Mobilidade Urbana	274,7	196,2	40,0%
Aeroportos	860,7	628,6	36,9%
Holding ²	(76,6)	(68,1)	12,4%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção;

² Incorporadas às eliminações relacionadas à equivalência patrimonial.

O EBITDA consolidado, considerando o impacto IFRS, totalizou R\$ 1,4 bilhão, um aumento de 27,3% em relação ao ano de 2013. O EBITDA Ajustado consolidado, líquido do efeito do IFRS, também atingiu R\$ 1,4 bilhão em 2014, com uma Margem EBITDA de 47,5%, resultando em crescimento de R\$ 308,9 milhões e aumento de 1,4 p.p. da Margem EBITDA Ajustada em relação a 2013. Os principais impactos em cada segmento foram:

Rodovias: R\$ 6,8 milhões de crescimento entre os períodos, principalmente relacionado à prestação de serviços da LAMSAC com R\$ 26,9 milhões, *ramp up* (fase de crescimento acelerado pós-duplicação) da CART, contribuindo com R\$ 16,7 milhões e LAMSA adicionando R\$ 20,6 milhões, parcialmente compensados pelo efeito de R\$ 54,5 milhões decorrente dos custos operacionais da Via 040 sem receitas associadas.

Mobilidade Urbana: R\$ 78,5 milhões de crescimento influenciado basicamente pelo aumento de passageiros pagantes do MetrôRio.

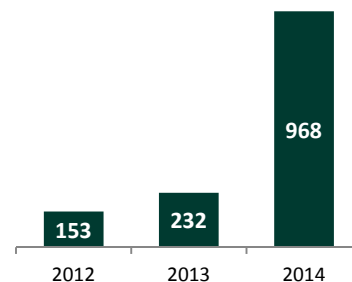
Aeroportos: no ano de 2014 o GRU Airport aumentou significativamente as receitas não tarifárias com a inauguração do Terminal 3 e diversas iniciativas comerciais implementadas, como exemplo a inauguração de novas lojas, nova praça de alimentação e maior utilização do edifício garagem. Tais fatores adicionaram ao grupo R\$ 232,1 milhões de EBITDA ajustado no período.

Relatório da Administração 2014

5.4. RESULTADO FINANCEIRO

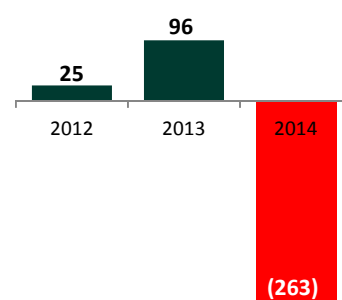
Em 2014, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 968,1 milhões de despesas líquidas, apresentando um crescimento de R\$ 736,0 milhões em relação a 2013.

Essa variação, relacionada principalmente ao aumento de R\$ 555,6 milhões de despesas financeiras líquidas, deve-se ao fato de que, com a entrega do Terminal 3 e de outros investimentos, parte da atualização monetária sobre a outorga fixa de GRU Airport deixou de ser capitalizada no balanço, na linha do ativo intangível e passou a ser contabilizada como despesa financeira no resultado.



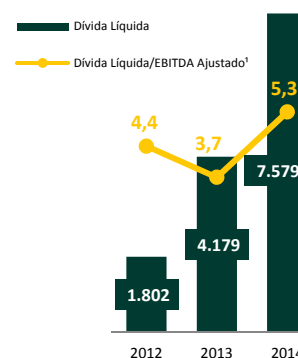
5.5. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado negativo de R\$ 262,9 milhões no exercício decorre fundamentalmente de despesas financeiras oriundas do endividamento consolidado da Invepar, bem como de efeitos não caixa referentes a GRU Airport, descritos a seguir. A evolução do plano de investimentos de GRU Airport, que culminou com a entrada em operação do TPS3 a partir de maio/2014, resultou na alteração do tratamento contábil aplicável, segundo as normas vigentes, à atualização monetária da Outorga Fixa de GRU Airport. Conforme os investimentos (Capex) vão sendo realizados, essa atualização monetária deixa de ser capitalizada no Ativo Intangível e passa a ser reconhecida nas despesas financeiras. Adicionalmente, em decorrência do início da operação comercial do novo terminal, passou-se a incorrer em maiores despesas de amortização deste Ativo Intangível.



5.6. DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Consolidado R\$ MM	2014	2013	▲
Dívida Bruta	8.990,3	6.147,6	46,3%
Curto Prazo	949,8	463,2	105,1%
Longo Prazo	8.040,5	5.684,5	41,5%
Disponibilidades	1.411,1	1.968,5	-28,5%
Caixa e equivalentes de caixa	341,5	1.410,6	-76,3%
Aplicações Financeiras	1.069,6	557,9	92,5%
Dívida Líquida	7.579,2	4.179,2	81,5%
EBITDA Ajustado¹	1.442,0	1.133,1	27,3%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado¹	5,3	3,7	1,6 p.p.



O grupo Invepar encerrou o exercício de 2014 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras no total de R\$ 1,4 bilhão. O movimento deste saldo reflete os investimentos realizados principalmente em GRU, na CART e MetrôBarra.

A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 8,9 bilhões no período, representando um aumento de R\$ 2,8 bilhões (+46,3%) em relação a 2013. O montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 89% em 2014 (ante 92% em 2013). O crescimento da dívida ocorreu

Relatório da Administração 2014

em razão das captações de empréstimos para os investimentos das concessões, dentre as quais se destacam:

- Realização da 2ª emissão de debêntures na Holding, com valor nominal de R\$ 470 milhões, totalmente integralizados;
- Captação de R\$ 350 milhões no MetrôRio (R\$ 210 milhões em debêntures, R\$ 85 milhões nos termos da Lei 4.131/62 para *roll out* da dívida e uma emissão de Notas Promissórias de R\$ 55 milhões);
- Liberação de empréstimos do BNDES no valor de R\$ 269 milhões para GRU;
- Captação de R\$ 600 milhões i em GRU através de duas emissões de debêntures;
- Liberação do empréstimo-ponte com o BNDES para a Via 040 no valor de R\$ 512 milhões, de um total contratado de R\$ 965,8 milhões;
- Liberação de empréstimos do BNDES no valor de R\$ 423 milhões para CART;
- Liberação de empréstimos do BNB no valor de R\$ 35 milhões para CLN;
- Liberação de R\$ 130 milhões de reais do financiamento contratado para a LAMSAC.

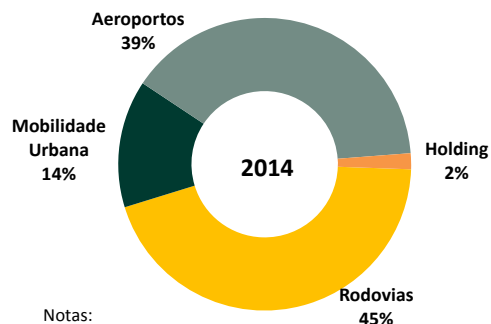
Cabe destacar que o endividamento da Invepar é fundamentalmente realizado em moeda local (Real nas concessões brasileiras e em Novo Sol peruanos para a LAMSAC).. Quanto às taxas contratadas, o maior percentual da dívida está indexado a TJLP (44%), em seguida ao IPCA (17%), outras dívidas indexadas ao IPCA, TR e Pré-fixados, perfazendo um total de 23% e apenas 16% atrelada exclusivamente ao CDI.

5.7. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2014, os investimentos totalizaram R\$ 2,9 bilhões, dos quais R\$ 1,3 bilhão em Rodovias, R\$ 1,1 bilhão em Aeroportos e R\$ 402,9 milhões em Mobilidade Urbana.

Os valores apresentados a seguir, são os resultados líquidos dos investimentos das empresas considerando as adições ao imobilizado e ao intangível, excluindo as transações não-caixa e a margem de construção.

R\$ MM	4T14	2014
Rodovias	472,5	1.279,0
LAMSA	7,5	19,0
CLN	0,2	2,1
CART	87,4	422,7
LAMSAC	55,6	294,7
Passê Expresso	0,2	1,0
VIA 040	321,5	539,6
Mobilidade Urbana	259,0	402,9
MetrôRio	89,7	147,8
MetroBarra	169,4	255,0
Aeroportos	81,9	1.129,0
GRU Airport	81,9	1.129,0
Holding	47,5	50,4
Holding	47,5	50,4
Total Geral	861,0	2.861,3



Notas:
 (1) Investimento apresentado sob a ótica de competência, excluindo o pagamento da outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa para aproximar ao máximo do investimento financeiro.

Relatório da Administração 2014

Os principais investimentos do período foram:

RODOVIAS

CART: (i) intensificação das obras de duplicação e dispositivos, além da recuperação e manutenção das vias vicinais e da implantação de barreiras duplas (dispositivos de segurança).

Via 040: (i) investimentos em obras de construção e duplicação; (ii) conservação especial e recuperação de vicinais; (iii) aquisição de Equipamentos, Veículos e Sistemas de Controle; e (iv) construção de edificações como Centro de Controle Operacional, Postos de Atendimento e Praças de Pedágio.

Concessionária LAMSAC: (i) avanço na construção do túnel de 2 km por baixo do Rio Rímac; (ii) avanço da construção dos 12 viadutos projetados. Está previsto para o primeiro semestre de 2015 o término de quatro viadutos e os oito restantes para o segundo semestre de 2015. A previsão de término do túnel também é para o segundo semestre de 2015; e (iii) melhorias das praças de pedágio.

MOBILIDADE URBANA

MetrôBarra: (i) gerenciamento do projeto da Linha 4 (acompanhamento das obras e implantação dos sistemas e compras dos trens); (ii) fabricação de 15 trens com 90 carros no total; e (iii) entrega de 6 posições de estacionamento no pátio Oeste para os novos trens que estão sendo adquiridos junto à CRC.

MetrôRio: (i) construção da estação Uruguai (inaugurada em 15 de março); (ii) implantação de novas subestações retificadoras de energia nas Estações e no Centro de Manutenção com previsão de conclusão no 2º trimestre de 2014; (iii) construção de novo estacionamento de trens e (iv) piloto automático.

AEROPORTOS

GRU Airport: (i) investimentos no TPS3, inaugurado em maio de 2014; (ii) obras do SCI - Seção de Combate à Incêndio; (iii) início da reforma e ampliação dos TPS 1 e 2; (iv) investimentos no TECA, como as novas câmaras frias e (v) licença de uso de software e implantação de sistemas, como Sistema de Gerenciamento Predial (BMS), Cargo Management System (CMS) e Sistema de Gestão Integrada SAP (ERP – *Enterprise Resource Planning*).

6. GESTÃO E ESTRATÉGIA

6.1. ESTRATÉGIA

Buscando ser reconhecida internacionalmente como referência e líder no segmento de infraestrutura de transportes, com excelência na prestação de seus serviços, por meio de comprometimento e inovação que gerem resultados e superem as expectativas da sociedade, a Companhia adota as seguintes estratégias:

- Consolidar e expandir sua atuação nos segmentos de concessões de rodovias, de aeroportos e de mobilidade urbana;
- Ampliar as receitas não tarifárias de suas concessões;
- Otimizar sua estrutura de capital, maximizando valor para o acionista;
- Maximizar sua eficiência operacional e a qualidade de seus serviços;
- Aprimorar continuamente sua política de gestão do conhecimento e de sucessão de pessoas visando a perenização da Companhia; e
- Expandir sua atuação nos mercados alvo.

6.2. ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

A Invepar mantém em suas investidas uma estrutura de processos e controles internos, que visa a prevenção de irregularidades, desvios e atos ilícitos. Este ano, as empresas do grupo deram início a uma dinâmica de encontros com seus principais fornecedores, com o objetivo de estreitar o relacionamento com esse grupo e alinhar valores e princípios. Os encontros foram uma oportunidade ímpar para a troca de informações entre as diferentes áreas das empresas (Jurídico, Suprimentos, Administrativo e Responsabilidade Social) e fornecedores/ prestadores de serviço.

Como parte de seus esforços para a implementação da Lei 12.846, voltada ao combate à corrupção, a Invepar lançou em 2014 iniciativas para fortalecer sua prática de *Compliance*. Uma nova versão do Código de Ética e Conduta, consistente com a nova legislação, foi implementada e amplamente divulgada na *holding* e em todas as empresas controladas por meio de palestras e ações de comunicação corporativa.

Juntamente com o novo Código foi lançado o canal de denúncias gerenciado por empresa externa e especializada, com o objetivo de garantir anonimato e eficiência no processamento das denúncias.

6.3. RECURSOS HUMANOS

A área de Recursos Humanos da Invepar tem como premissa garantir o alinhamento cultural, a gestão do conhecimento, o desenvolvimento dos funcionários e equipes e das competências de liderança, contribuindo para o alcance dos resultados da organização. Em 2014, o grupo Invepar contava com 8.014 funcionários diretos, um aumento de 17% em relação a 2013, evidenciando a tendência de crescimento de seus negócios nos últimos anos. Para suportar essa estratégia, a valorização e desenvolvimento de seu capital humano são questões prioritárias para a Invepar. A Companhia adota políticas, incluindo as de remuneração, benefícios e desenvolvimento organizacional, processos e estruturas compatíveis com as melhores práticas de mercado.

6.4. FERRAMENTAS DE GESTÃO

A implementação de novas ferramentas de gestão está dando à Invepar uma visão ampla de toda a operação, contribuindo, assim, para a criação de indicadores, processos e procedimentos que possam ser adotados de maneira padrão em todo o grupo.

BPM (Business Process Management)

Iniciada em 2014 nas rodovias CART, CLN, LAMSA, LAMSAC e Via 040 a implantação da metodologia BPM tem como objetivo principal o desenvolvimento dos processos de negócio de forma eficiente e eficaz, para que as empresas possam maximizar seus resultados e entregar serviços com maior qualidade aos seus clientes.

Com a criação de equipes de trabalho interfuncionais para analisar os fluxos e monitorar frequentemente os indicadores de processo, garantiu-se o maior comprometimento dos funcionários e respostas ágeis a desvios identificados. Isto permitiu a melhoria contínua dos processos de negócio das rodovias, além de mitigar riscos. As melhores práticas foram comparadas pela *holding* e definiu-se um padrão Invepar para alinhar o controle de desempenho, melhorando, assim, os resultados dos negócios como um todo. No final do ano, o MetrôRio também aderiu à metodologia de gestão de processos de negócio.

Relatório da Administração 2014

OBZ (Orçamento Base Zero)

Em 2014, a Invepar melhorou a eficiência na gestão de recursos financeiros, priorizando despesas com ações alinhadas ao planejamento estratégico das empresas do grupo, através do Orçamento Base Zero (OBZ). Esta metodologia, adotada pela LAMSA, CART, MetrôRio, GRU Airport e Invepar, produziu resultados significativos com a reorganização do orçamento em uma visão de futuro e adequação às metas da companhia.

O Orçamento Base Zero inverte a lógica tradicional de elaboração do orçamento, na qual os gestores justificam as variações em relação aos anos anteriores (*baseline*), na suposição de que gastos incorridos no passado estão implicitamente aprovados para o próximo ciclo. No OBZ, por outro lado, cada item do orçamento precisa ser explicitamente aprovado e classificado através de seu custo-benefício, possibilitando, aos gestores, antever os diversos cenários e enfrentá-los com antecedência.

Trata-se de uma ferramenta estratégica de gestão que repensa a estrutura de controle de gastos e inicia uma nova cultura entre os funcionários. Permite uma discussão mais aprofundada sobre o orçamento, em todos os departamentos, permitindo-se estabelecer metas de cortes, priorização de custos fundamentais para o funcionamento do negócio, além de eliminar desperdícios e gastos supérfluos. O produto final do OBZ é um orçamento que assegura a sobrevivência da empresa em cenários adversos, ao mesmo tempo em que é capaz de aproveitar as oportunidades advindas dos melhores cenários. A cultura de combate ao desperdício, gestão inteligente dos recursos e acompanhamento de metas é uma realidade no dia a dia das empresas do grupo Invepar.

Gestão de Riscos Corporativos

Em linha com as melhores práticas de governança, a Invepar iniciou a implementação do processo de Gestão de Riscos Corporativos, com o objetivo de gerenciar adequadamente os riscos que possam impactar o alcance de seus objetivos estratégicos.

O processo consiste em identificar os principais riscos corporativos diretamente relacionados às atividades de cada ativo, as causas destes riscos, o proprietário do risco, suas atividades de monitoramento e reporte. No estabelecimento do processo, consta ainda disseminação da cultura de gestão de riscos na organização através de workshops e formalização de políticas e normativas. A antecipação e mitigação de potenciais riscos garante a qualidade do serviço e retorno para o acionista. Como resultado, busca-se garantir a segurança do usuário e a disponibilidade do serviço prestado nos ativos. Por fim, este processo ajuda a mitigar os riscos financeiros, regulatórios, operacionais, socioambientais, de imagem e reputação.

6.5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O grupo Invepar objetiva, através da Governança Corporativa, estabelecer critérios de controle e padronização de procedimentos nas empresas da Invepar reduzindo, assim, riscos de fraude, abusos de poder ou conflitos de interesse em qualquer esfera da organização.

Associada ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), a Invepar busca o alinhamento de suas atividades e processos decisórios às melhores práticas de Governança Corporativa, estabelecendo uma relação de confiança com todos os *stakeholders* da Companhia e contribuindo para a sustentabilidade do negócio.

Embora não tenha suas ações negociadas em bolsa de valores, a Invepar possui registro de companhia aberta desde 2000, sendo classificada como Categoria A desde a entrada em vigor da Instrução CVM 480/09. Sua estrutura societária contempla a existência de quatro comitês de

Relatório da Administração 2014

assessoramento ao Conselho de Administração: Financeiro e de Investimento, de Auditoria Interna, de Obras e de RH & Governança. O Conselho de Administração possui mandato de dois anos, reunindo-se ordinariamente com frequência mensal..

Ademais, os cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração não são ocupados pela mesma pessoa, o que gera maior independência à gestão.

A Invepar conta com um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, uma área estruturada de Governança Corporativa que acompanha o processo decisório junto aos acionistas, Comitês e aos Conselhos de Administração e Fiscal e uma área de Auditoria Interna, sendo estas duas áreas subordinadas diretamente ao Conselho de Administração.

A Companhia possui, além do Código de Ética e do Canal de Denúncias, Políticas Corporativas tais como : Política de Gestão de Riscos Financeiros, Política para Transações com Partes Relacionadas e Outras Situações Envolvendo Conflito de Interesses, Política de Compras e Contratações, além das Políticas de Negociação de Valores Mobiliários e Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

Desde 2011, a Invepar adotou a ferramenta inovadora de Portal de Governança, que tem como papel armazenar e centralizar, em um único canal e com maior segurança, todas as informações e documentos relevantes para aqueles que participam do processo decisório.

6.6. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Desde 2012 a Invepar conta com a área de Responsabilidade Social Corporativa, que atua lado a lado com os Comitês Internos de Responsabilidade Social, alocados nas empresas do grupo. Essa área é responsável por viabilizar a transição da gestão de responsabilidade social para uma gestão mais alinhada ao conceito de sustentabilidade, em que os desempenhos social, econômico e ambiental têm equivalente relevância.

Para tal, está em constante intercâmbio de informações e experiências com os comitês, junto aos quais atua no planejamento de ações e no estabelecimento de Planos Anuais de Melhoria em Responsabilidade Social, com objetivos e metas direcionadas a diversas áreas funcionais das empresas.

Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis

Também a partir de 2012, a Invepar passou a incentivar as empresas a adotarem os Indicadores Ethos, ferramenta de gestão que visa apoiar as organizações na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial em suas estratégias de negócio, de forma a torná-lo sustentável e responsável. Em 2014, CART, CBN, CLN, LAMSA, MetrôRio, LAMSAC e GRU Airport elaboraram planos de ação tendo como referência a terceira geração dos indicadores. Invepar, LAMSA, CLN, CART e MetrôRio são empresas associadas ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Sustentabilidade

O projeto arquitetônico do TPS 3 conta com diversas soluções sustentáveis. A arquitetura prioriza a iluminação natural por meio das paredes envidraçadas, sem o peso das esquadrias. A estrutura permite melhor economia de energia e ampla visão da área externa do pátio de aeronaves, além de valorizar os espaços internos, proporcionando maior sensação de conforto ao usuário. Além disso, a cobertura do TPS 3 foi projetada para captar as águas da chuva, que, junto com as "águas cinzas" de uso leve nos sanitários (lavagem), são direcionadas a um sistema de tratamento químico. A partir daí, a água é reutilizada nas descargas de bacias e outros usos que não têm

Relatório da Administração 2014

contato humano direto. O emprego das águas cinzas e não potáveis proporciona uma economia que impacta não somente no custo de operação, mas principalmente na preservação dos recursos hídricos demandados pelo aeroporto.

6.7. INSTITUTO INVEPAR

Como um grupo empresarial compromissado com o destino do país, a Invepar adota uma gestão responsável, promovendo a sustentabilidade ao longo prazo, e o desenvolvimento econômico com equilíbrio social e ambiental das comunidades em que atua. Elabora diretrizes e princípios de Responsabilidade Social e Investimento Social Privado através de seu Instituto, tendo como principais focos de atuação:

(i) A valorização dos locais e das comunidades impactadas pelos seus negócios, através da execução da estratégia de Investimento Social Privado:

- Cerca de 30 mil pessoas beneficiadas em 2014, com aportes de R\$ 4,6 milhões em projetos com recursos próprios e incentivados;
- Lançamento do primeiro edital para Seleção de Projetos Socioambientais para GRU Airport.

(ii) Apoio ao desenvolvimento de iniciativas e processos de gestão responsável e sustentável às empresas do grupo, tais como:

- Uso dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social nas empresas do grupo como subsídio para elaboração de Planos de Melhoria Contínua;
- Realização de inventários de carbono em empresas do grupo (LAMSA, CLN, e MetrôRio) de acordo com a metodologia GHG *Protocol*;
- Valorização de fornecedores locais e implantação de cautelas socioambientais na cadeia de fornecimento das empresas do grupo;
- Formulação da estratégia corporativa de Mobilidade Sustentável em parceria com o UniEthos.

6.8. GESTÃO DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

A partir de 2012 a Invepar começou a colocar em prática o Plano Estratégico de Comunicação, que contém as regras de gerenciamento da comunicação do grupo. A postura estratégica do grupo junto aos meios de comunicação vem levando à consolidação da marca Invepar, que está sendo cada vez mais reconhecida e tem marcado presença nos veículos de imprensa e de comunicação de marketing. Em 2014, foram feitas 2.032 citações ao nome da empresa na mídia, 80% a mais que em 2013.

Tem como objetivos: (i) aumentar o conhecimento da empresa; (ii) fixar uma identidade corporativa diferenciada e (iii) criar uma reputação de renome no mercado.

Outro ponto estratégico da comunicação da Invepar é a gestão de crise. Desde 2013, a empresa possui um Guia de Comunicação de Crise, compilação das ferramentas e processos por meio dos quais o grupo e as controladas podem proteger sua imagem diante de ocorrências passíveis de prejudicar o entendimento do público interno ou externo sobre o seu desempenho e o de suas atividades.

6.9. PERSPECTIVAS

Após um período de forte crescimento, a Invepar iniciou um ciclo de consolidação de seus negócios e reforço de seu modelo de gestão. Diversas iniciativas estão sendo implementadas, com o objetivo de capturar sinergias do portfólio de negócios atual e identificar oportunidades de crescimento, agregando valor às empresas, aos seus acionistas e à sociedade.

A Invepar segue atenta a oportunidades de negócios em seus mercados alvo, focada em seus segmentos de atuação: rodovias, mobilidade urbana e aeroportos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Companhia recebeu em 2014 três premiações importantes, que reconheceram a excelência em estruturação financeira das operações de financiamento de GRU Airport:

- *World Finance - Airport Deal of the Year 2014* - O projeto de financiamento de GRU Airport foi reconhecido e, por meio dele, a Invepar e a concessionária receberam o prêmio *Airport Deal of the Year*, concedido pelo *World Finance*, um dos principais veículos de finanças do mundo, com sede em Londres.
- *Latin Finance Infrastructure Finance Awards - Best Airport Financing 2014* - Em setembro, GRU Airport e Invepar foram mais uma vez reconhecidos pelo projeto de financiamento do maior aeroporto da América Latina. Desta vez, foi a revista *Latin Finance* quem concedeu a premiação, considerando todo o processo um marco para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes do Brasil e um modelo para projetos similares, principalmente na área de transportes.
- *Latin America Airport Deal of The Year 2013* - A revista *Project Finance (Euromoney)* concedeu à Invepar, em março de 2014, e a GRU Airport o prêmio *Latin America Airport Deal of the Year 2013*, pelo projeto de financiamento do maior aeroporto da América Latina.

7.2. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nos primeiros meses de 2015 destacamos os eventos a seguir:

Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro:

- Em fevereiro foi entregue o 1º dos 15 novos trens adquiridos para a operação da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro. Construído na China, cada trem possui seis carros, capacidade para 1.800 pessoas, ar condicionado, passagem interna entre carros (*gangways*), painéis de LED com sistema informatizado de comunicação e câmeras de monitoramento interno. Até março foram entregues 3 novos trens e de acordo com o cronograma estabelecido com o fabricante, até o fim de 2015 os outros 12 trens desembarcarão no Brasil. Com isso, a frota de trens no metrô do Rio de Janeiro será ampliada em 30%, saindo de 49 trens para 64.

Emissão de Notas Promissórias

- Em janeiro foi subscrito e integralizado na *Holding* o valor nominal de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em Notas Promissórias. Os recursos obtidos pela Companhia por meio da emissão serão destinados direta ou

Relatório da Administração 2014

indiretamente à realização de investimentos em empresas nas quais a Invepar possui participação acionária.

Via Metropolitana Camaçari-Lauro de Freitas

- Em janeiro foi assinada a ordem de serviço para início das obras de implantação da Via Metropolitana Camaçari-Lauro de Freitas, contorno rodoviário que objetiva desafogar o tráfego de passagem no trecho urbano da principal via de acesso ao litoral norte. A via contempla uma ligação entre a Rodovia CIA-Aeroporto (BA-526) e a Estrada do Côco (BA-099). A Concessionária Bahia Norte é a responsável pela construção e implantação da via, com duração estimada em 18 meses, e pela operação e manutenção até o término da concessão. A Via Metropolitana terá 11,2 km, será composta de duas faixas por sentido de tráfego e contará com um avançado sistema de operação e monitoramento das vias.

7.3. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, o grupo utiliza os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 01/01/2014, substituindo os auditores anteriores - Ernst & Young Auditores Independentes - visando atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos.

No exercício encerrado em dezembro de 2014, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa.

7.4. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Invepar declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

7.5. AGRADECIMENTOS

A administração da Invepar agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos funcionários pela dedicação e resultados alcançados.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO